

Conselho Municipal de Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1 Aos vinte e oito dias do mês de maio de 2009, o Conselho Municipal de Meio Ambiente se
2 reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas, para reunião Ordinária.

3 **PRESENTES:** José Furtado, da SMAM; Antônio Luis Gomes Pinto, da SPM; Tiago José
4 Pereira Neto, da FIERGS; José Paulo Fitarelli, do IBAMA-RS; Juliana Yung e Maria Lucia
5 Frozi, ambas do DEP; Maria Elisa Silva, da UPV; Tomaz A. Costa, da UAMPA; Gilson Luiz
6 Tesch, da Ong Guardiões do Lago Guaíba; Eduíno de Matto, da ONG Solidariedade;
7 Fernanda Zimmerman e Mateus R. Da Silva, ambos do Instituto INGÁ; Christiano Ribeiro,
8 da OAB/RS; José Linck Barbosa, do DMLU; Magda Satt Ariolli, do CRBIO3; Ricardo
9 Norberto Ayup, Darci Campani, ambos da UFRGS; Maria da Graça Ortolan, do DMAE;
10 Rosane Zottis Almeida, do Gabinete do Prefeito.

11 **Justificaram:** Professor Garcia, Presidente do COMAM; Nelson Fontoura, da PUCRS;
12 Iara Ferrugem Velasques e Carmem Franco, ambos da FEPAM.

13 **Como ouvinte:** Julio Pereira Correa, da ONG Solidariedade; Daysy Chollet representante
14 da FIERGS na Câmara Técnica de Áreas Naturais; Claudia dos Santos.

15 **Como convidado:** Carlos Ronei Bortoli, Mauro Jungblut, Lisiane Ferri, Fabio Bortoli,,
16 ambos da Profill Engenharia; Breno Ribeiro e Roberto Luiz Cé, SPM; Marcelo Ferreira,
17 Terra Ville e Paulo Fialho, coordenador do Licenciamento Ambiental da SMAM.

18 **Objetivos:**

19 - *Leitura das Atas anteriores e correspondência recebidas e enviadas;*

20 - *Relato e deliberação das reuniões das Câmaras Técnicas: Áreas Naturais, ERB's, Fundo do Meio
21 Ambiente (situação do edital 01/08, Pró-Ambiente); Legislação (reunião conjunta comitê); Resíduos
22 Sólidos ; Vigilância em Saúde Ambiental.*

23 - *Apresentação do Projeto Remodelação do Cais do Porto.*

24 - *Apresentação do parecer da Câmara Técnica de Legislação referente ao processo Loteamento
25 Agronomia, nº 001.050996.04.5.*

26 - *Retorno ao COMAM, referente ao ofício de nº 002/09; apresentação sobre o Licenciamento
27 Ambiental Condomínios Residenciais Belém Novo, nº 002.281.744.00.6.07869.*

28 - *Apresentação do Município - CAUGE, referente ao processo de Licenciamento Ambiental
29 Condomínios Residenciais Belém Novo, nº 002.281.744.00.6.07869.*

30 - *Encerramento.*

31 • **Relato inicial:**

32 Sr. Francisco Furtado– Vamos dar início a reunião. Justifico a ausência do Senhor Secretário que
33 esta em uma agenda fora. Quanto as atas de 12 e 26 de março,coloco em votação. Aprovado. A
34 ata de 30 de abril, foi enviada via e-mail, se algum conselheiro tiver alguma consideração enviem
35 por e-mail para Simone. Simone - Nós tivemos justificção de ausência da Fepam, Professor
36 Garcia, Presidente do COMAM; Nelson Fontoura, da PUCRS;
37 Iara Ferrugem Velasques e Carmem Franco, ambos da FEPAM

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

38 • **RELATO DAS CÂMARAS TÉCNICAS:**

39 **C. T. Áreas Naturais** –Sr. Gilson Tesch – Nós da CT de Áreas naturais nos reunimos para
40 analisar os processos do parque Saint Hiliare, nº 0001.058202.08.0; 001.056432.08.9 e
41 001.020396.08.2.

42 **C.T. de ERB'S - C.T. de Vigilância e Saúde Ambiental- e C.T. de Resíduos Sólidos-**
43 Não se reuniram.

44 **C.T. do Fundo Municipal do Meio Ambiente-** Sr. Paulo Jardim - Na avaliação das propostas
45 eu acho que é importante esclarecer esse aspecto pra ninguém se sentir prejudicado, então o
46 primeiro aspecto avaliado é da qualidade técnica das propostas. A agente colocou uma nota de um
47 a dez, o segundo foi à pertinência do objetivo e a significância do resultado esperado, uma nota de
48 um a vinte, ou seja, tinha um peso maior do que a primeira, terceira a executabilidade das atividades
49 propostas no tempo estabelecido, nota de um a dez, o impacto potencial para a execução da
50 proposta uma nota de um a vinte, adequação do orçamento proposto, a perspectiva de
51 continuidade do trabalho de replicabilidade do resultado esperado e por fim a qualificação oferecida
52 pela instituição em termos de perfil da equipe de trabalho e histórico do trabalho do perfil dos
53 serviços oferecido para o município. Só pra deixar claro, esses critérios foram estabelecidos pela
54 câmara técnica do fundo que participou da elaboração do edital e a gente também tomou como
55 base outros editais similares, principalmente do Fundo Nacional e que usam critérios mais ou
56 menos semelhantes, nós adaptamos a nossa realidade, então foram esses os critérios para chegar
57 daí no final da pontuação da proposta. Ou seja, são critérios técnicos. Então no dia 15 de maio
58 corrente agora nós divulgamos o resultado da avaliação da comissão de julgamento. Foram vinte e
59 seis propostas inscritas provenientes de onze instituições, então, a proposta mais bem pontuada
60 teve noventa e cinco pontos e a que foi com a pontuação mais baixa foi trinta e seis, então dentro
61 dessa escala aqui nós já ordenamos por ordem de pontuação. Duas propostas tiveram noventa e
62 cinco pontos uma da EMATER e a outra do INGÁ, depois com noventa e dois o IIGREA, depois
63 IPDAE, Instituto Biofilia, ONG Solidariedade, outra do INGÁ, depois Coatrel, Faurgs, Núcleo Amigos
64 da Terra, Instituto Anthropos, Rádio Comunitária Ipanema e assim vai União pela Vida, Ideasa e
65 assim por diante. Isso está disponível no site da SMAM no link do COMAM pra quem quiser ver
66 com mais detalhes. Depois dessa data da publicação que foi dia 15 a gente abriu um prazo para
67 recursos de cinco dias úteis, esse prazo então, foi então do dia dezoito até o dia vinte e dois, ou
68 seja, na semana passada. Foram protocolados dois recursos e esses dois recursos eles já foram de
69 certa maneira avaliados, um deles não era exatamente um recurso e sim o pedido pra ter o
70 conhecimento maior desses critérios que eu mostrei pra vocês como foram avaliados. Uma
71 instituição que até achei válido assim porque eles pretendem até melhorar se eventualmente tiver
72 um novo edital e uma nova proposta. Então é interessante que todas as instituições tomem a par e
73 pesem para ver como foi a avaliação, não tem problema à gente ta aberto aqui pra quem quiser da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

74 uma olhada. Então a gente tem a possibilidade de divulgar esse resultado agora no início de junho
75 cumprindo o cronograma aquele eu apresentei e uma possibilidade de início de execução das
76 propostas em julho de 2009 e também de acordo com o cronograma é a nossa previsão inicial.
77 Questões para discussão ao longo desse, principalmente depois da divulgação dos resultados
78 surgiram algumas manifestações que muitas vezes merecem esclarecimentos e foram motivadas
79 por falta de informação então o importante colocar aqui no plenário aqui do COMAM. Eu queria
80 lembra que lá em março de 2009 teve uma reunião aqui no Comam que definiu os indicados pra
81 compor a comissão de julgamento. São três integrantes da SMAM e três integrantes do COMAM,
82 isso tudo ta no edital. Em abril de 2009 foi publicada a portaria designando os integrantes da
83 comissão, então foram escolhidos baseados no COMAM que decidiu e internamente na SMAM nós
84 também indicamos esses integrantes da comissão.

85 Ai só que teve um pequeno problema que os indicados pelo COMAM porque a instituição que um
86 dos escolhidos representava apresentou uma proposta. Assim o Sr. Eduino de Mattos acabou não
87 participando da avaliação das propostas, ele pediu afastamento não participou, ele compareceu na
88 primeira reunião que foi uma reunião que nós nos apresentamos e definimos uma metodologia de
89 trabalho, mas não avaliamos as propostas propriamente ditas. Então ele solicitou e não participou
90 da avaliação efetiva, entretanto o edital não previu um caso semelhante, ele não previu a
91 substituição de algum indicado que viesse a não poder participar e nós tocamos os trabalhos assim
92 dessa maneira então na verdade o COMAM ficou desfalcado de um integrante da comissão e nós
93 levamos adiante e fizemos a pontuação dentro daqueles critérios que nós colocamos aqui para
94 vocês. Ai depois da divulgação do resultado da avaliação da comissão a gente teve uma série de
95 manifestações de inconformidade por representantes que tiveram a proposta com uma baixa
96 pontuação a gente até já esperava é difícil conseguir agradar se a gente tivesse coroa suficiente teria
97 prazer em contemplar a todos, mas infelizmente não é possível, então as manifestações de
98 inconformidade foram as mais variadas possíveis, inclusive mencionando esse fato de um dos
99 conselheiros ter sido indicado para a comissão e depois não poder participar porque a instituição
100 dele não apresentou a proposta. Outras manifestações foram assim no sentido que a EMATER
101 apresentou uma proposta boa, muitas pessoas manifestaram que a EMATER não poderia
102 participar por ser uma instituição de governo estadual, mas a gente viu que na verdade a EMATER
103 é uma associação ela é uma instituição privada sem fins lucrativos de certa maneira ela não teria
104 um impeditivo de participar do edital, pois ele não especifica que pode ser ONGs ou OCIPs ele até
105 não poderia ter essa especificação por ser mais vulnerável do ponto de vista legal, então ele foi
106 aberto com atuação na área ambiental. Por fim, eu queria dizer que a gente tá vivendo aqui o
107 primeiro edital e é sempre uma oportunidade pra gente melhorar, pra gente fazer ajustes e
108 aperfeiçoar o processo. O que eu queria ressaltar é que seria muito importante o apoio do COMAM
109 embora talvez a gente não tenha um procedimento ideal, mas muitas vezes o ótimo é inimigo do

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

110 bom, então dentro das possibilidades a gente tentou fazer o melhor trabalho. É interessante a gente
111 ter esse apoio para que iniciativas semelhantes pudessem se repetir e se consolidar aqui no
112 município e dizer que as propostas na verdade elas foram escolhidas dentro de critérios técnicos e
113 eu asseguro que as propostas melhor pontuadas são efetivamente as melhores propostas. Esse foi
114 o nosso principal objetivo, foi tentar procurar contemplar as propostas melhores que trariam mais
115 benefícios para o meio ambiente aqui da cidade. Então uma outra manifestação também
116 perguntando se nós não deveríamos ter passado pelo COMAM antes de divulgar a pontuação da
117 comissão, mas eu digo que não porque a comissão ela na verdade é independente ela tem
118 indicados pelo COMAM, mas ela não está nem acima nem abaixo do COMAM e nem poderia
119 porque ela tem que primar pela neutralidade, então eu asseguro que foi isso que foi feito mesmo.
120 As propostas foram avaliadas por critérios técnicos e eu não sou dono da razão eu gostaria na
121 verdade de abrir a discussão para quem tiver uma manifestação, alguma inconformidade então o
122 relato era esse. Podemos discutir este assunto em assuntos gerais.

123 Sr. Gilson Tesch - Como eu participei dessa comissão eu gostaria de colocar algumas coisas que é
124 muito importante. Em primeiro lugar fui votado por esse conselho para participar da análise dos
125 processos. Eu participei de três reuniões, na primeira reunião eu pedi que fosse cancelado o edital
126 porque realmente houve irregularidades, coisas que não deveriam constar aí me aconselharam a
127 continuar porque seria ruim se a gente cancelasse o primeiro edital, aí eu continuei. Na segunda
128 reunião a gente votou e inclusive desclassificou a proposta da EMATER que é a primeira colocada,
129 por irregularidades por não contemplar, por não seguir as normas do edital e a gente desclassificou.
130 Eu assinei o papel, todos assinaram e mais algumas ONGs que cometeram irregularidades de
131 acordo com o que foi colocado no edital, então deveriam ser desclassificadas. Na reunião seguinte
132 a gente continuou analisando os processos e todos os processos muito ruins, não tenho vergonha
133 de dizer todos os processos muito fracos, então voltei novamente a pedir que fosse cancelado o
134 edital e que se esclarecesse melhor para a população, que fosse feito um projeto que melhor
135 aproveitasse o dinheiro do fundo; foi negado pra mim de novo, aí eu simplesmente não participei
136 mais das reuniões seguintes que decidiram, esta lá escrito no processo da EMATER foi
137 desclassificado, foram desclassificados outros processos por cometerem irregularidades e daí após
138 essa reunião esses processos foram resgatados e colocados novamente. Se há inconformidade
139 com algumas outras obras? Deve haver, se tivesse que contentar alguma que contentasse todas,
140 então se divide esse dinheiro, mas na verdade houve irregularidades e essa comissão tá devendo
141 explicações pro Conselho e foi discutido nessa reunião que a Faurgs não teria como ter acesso a
142 esses projetos pelo que tá no edital e pelo estatuto da Faurgs pelo que ela presta serviços da
143 maneira como é colocado no estatuto da Faurgs ela não deveria ser contemplada no Fundo do
144 Meio Ambiente. A EMATER também não, nem várias outras ,então eu me retirei das seguintes
145 reuniões, não participei das decisões finais e é o meu repúdio a esse edital da maneira como foi

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

146 colocado; eu não falaria nada, mas como o Paulo começou a explicar que houve inconformidades.
147 Como diz o outro : “bom cabrito não berra, chia”, vamos explicar direitinho, porque eu realmente
148 não participei e acho que houve irregularidades e têm irregularidades nesse edital que se cavocado
149 a fundo, vai ter muito incomodação.

150 Sr. José Furtado - Então eu vou passar a palavra ao Paulo depois quero fazer mais considerações.

151 Sr. Paulo Jardim - Realmente o Gilson participou das primeiras reuniões, só que nas primeiras
152 reuniões nós não batemos o martelo em relação a nada. Nós estávamos discutindo eu coloquei
153 aqui os pontos que foram alvo de discussão da comissão e nós não chegamos a uma conclusão
154 definitiva em nenhum momento. A EMATER foi alvo de discussão se poderia participar , foi alvo
155 discutimos e discutimos profundamente , discutimos se a Faurgs poderia participar também,
156 discutimos tudo isso, agora eu acho muito fácil à posição de se retirar e não comparecer mais e
157 não ir até o fim de um trabalho, se tu tivesse ido até o fim do trabalho talvez tu tivesse
158 acompanhado que por unanimidade da SMAM, não. Eu não tenho culpa se tu resolveste se retirar
159 da comissão infelizmente foi isso que aconteceu agora digamos assim já que tu se abasteve do
160 trabalho que a gente fez lá acho que não cabe agora esse tipo de manifestação, porque todas as
161 nossas decisões que a gente teve foi por consenso inclusive na pontuação tudo foi por consenso se
162 a gente definiu que a EMATER estava apta a participar foi uma decisão consensual dos
163 integrantes da comissão. Foi isso, mas eu também eu quero dizer que eu não sou dono da verdade
164 e que a gente ta aberto e se alguém quiser olha lá eu to disposto a mostrar todos os processos e
165 podem investigar não tem problema à gente fez tudo com transparência a gente não ta querendo
166 esconder nada aqui de ninguém.

167 Sr. Thomás A Costa - Meu nome é Thomás A Costa eu represento o UAMPA. Eu venho falar
168 sobre essa questão ai tenho mais entidade afiliada nossa que foi uma das desclassificadas, talvez
169 por não ter o prestígio, o charme de outras classificadas,mas eu fico muito surpreso com a
170 explicitação que o Gilson fez aqui dizendo que a EMATER, uma instituição pública governada pelo
171 governo do estado, quem indica o presidente da EMATER é o governo do estado e sinceramente
172 Paulo dizer aqui que a EMATER é uma organização civil, ora vamos homenagear nossos
173 conselheiros com o mínimo de inteligência, não eu to com a palavra, segundo aspecto, os critérios
174 ai definidos totalmente subjetivos, então como se sabe depois de estar desclassificada volta pro
175 primeiro lugar, que dizer “um troço totalmente surreal” a Faurgs eu tenho minhas dúvidas porque é
176 um órgão público é uma fundação, mas é eu acho que não é privilégio da Faurgs fazer projeto bom
177 e eu acho que também não pode ser escolhida entidade por prestígio, eu gostaria examinar todos
178 os projetos apresentados ai todos e eu quero fazer isso antes que seja anunciado a decisão final
179 de quem vai receber nossos recursos. Outra coisa, se a comissão, se o edital não prevê, se o
180 idôneo viaja, se idôneo tem que sair a comissão fica completamente prejudicada, se o Gilson saiu
181 depois da primeira, terceira ou vigésima reunião quem fica para escolher os três representantes da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

182 SMAM e o representante da OAB. Que comissão é essa, por favor, vamos fazer as coisas com
183 mais vagar, não precisa esse assoberbadamente, é recurso público não precisa privilegiar ninguém
184 e nem descartar ninguém só porque não tem todos os bens ou porque usa sapatinho furado. Só por
185 isso, veja aqui meu protesto sobre esses critérios subjetivos ai.

186 Sr. Francisco Furtado: Eu gostaria de fazer uso da palavra, Francisco Furtado. Bom, nós sabíamos
187 que isso era possível de acontecer, nós sabemos né e eu tenho a dizer o seguinte que nós estamos
188 num relato de câmeras técnicas. O assunto é complicado, difícil, todos aqui têm voz e voto e eu
189 acho mais interessante remeter deixar como está no momento não é querer tapar o sol com a
190 peneira, mas remeter a próxima plenária esse assunto que ele é grave lembrando que a nossa
191 pauta hoje é bem apertada, não é querer fugir vamos a fundo nisso ai. E lembro ao conselheiro
192 também que quando eu estava presente na quando foi eleito três da SMAM e três representantes
193 do COMAM. Inclusive o professor Garcia lembrou o fato de que havia a necessidade de se votar
194 também os suplentes e que este conselho votou por não justamente ele mesmo avisou naquela
195 época isso vai dar problema se pode puxar as atas que deve estar escrito lá, veja bem que toda à
196 parte de representação sempre tem que ter um titular e sempre tem que ter um o suplente,
197 justamente nesses casos, se o titular não vem tem o suplente, ficou impedido vem o suplente e
198 assim sucessivamente , então nos cometemos na época eu me lembro um engano é o próprio
199 secretário falou que isso ia acontecer. Então eu solicito aos senhores e senhoras, tipo um relato de
200 câmara técnica. Vamos pra cima é o primeiro edital, tem erros, estamos aprendendo nesse sentido,
201 mas temos que ver que é uma equipe competente, é uma equipe que é dos conselheiros, foi criada
202 pra isso, então nos temos que reavaliar isso tudo, mas eu solicito que a gente siga a pauta com um
203 relato da CT de Legislação e que se coloque em pauta na próxima plenária já essa situação.

204 **C.T. de Legislação-** Sr. Christiano Ribeiro - Com relação à legislação que já foi dado pela
205 câmara técnica de áreas naturais e eu digo que de fato nós nos reunimos na sexta-feira passada
206 para poder deliberar sobre o parecer da câmara técnica de legislação e não houve consenso
207 tentamos estabelecer esse parecer por meio de e-mail só que apesar dos esforços do integrante
208 pela UFRGS professor e o meu não foi possível. Já compôs o parecer não foi possível de fato nós
209 tínhamos uma minuta que de certa forma tratava do assunto já tava meio estabelecido que talvez
210 ela fosse, mas não foi possível por falta de sincronização de trabalho. Terça-feira agora nós vamos
211 bater o martelo em relação a esse ponto e em seguida estará sendo pautada uma reunião própria
212 para tratar desse assunto.

213 Sr. Francisco Furtado - Nós vamos agora no ponto de pauta número três; apresentação do projeto
214 de remodelação do Projeto do Cais do Porto com o Senhor Tutikian que está se dirigindo agora.
215 Lembrando que é uma apresentação nós não vamos votar nada aqui. É só uma apresentação do
216 projeto que tramita.

Conselho Municipal de Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

217 Simone- Este é o Dr. Tutikian que é o representante que vai apresentar o projeto do Cais do Porto,
218 o engenheiro Breno e o engenheiro Roberto.

219 Sr. Gilson Tesch - Desculpe, esse projeto vai ser apresentado por parte de quem pelo governo
220 estadual, municipal ou iniciativa privada?

221 Sr. Edegar Tutikian - Bom antes de responder a primeira pergunta eu quero cumprimentar todos
222 os senhores, todas as senhoras que estão aqui agradecer a oportunidade de estar aqui
223 conversando a respeito do projeto e lamentar que o Cd não abriu aqui. O Cd que trás umas
224 imagens, não imagens de projeto que nós estamos trabalhando isso é o que eu vou explicar agora
225 e lamentavelmente não abriu e eu lamento mesmo viu perdemos um pouco da orientação. Mas isso
226 não vai impedir que a gente possa achar um local aqui para parara e não ficar na frente. Vou para
227 aqui desse lado aqui. Esse outro Cd é só uma orientação que será feita pelos meus colegas da
228 área técnica do planejamento, então eu lamento muito que não abriu, mas nos vamos conversar
229 mesmo assim a respeito do projeto. Eu vou responder sua pergunta, mas eu primeiro vou entra um
230 pouco no trabalho todo. Importante que entendam, acho fundamental que se entenda, podia
231 colocar a imagem do Cais, essa foto aqui, que o conceito que nós adotamos nesse trabalho porque
232 nos estamos falando de uma área muito especial para Porto Alegre, muito especial para o estado,
233 nós estamos falando de uma área muito grande e nós estamos falando de um processo que tem
234 que dar certo, tem que dar certo porque esse é o anseio das pessoas, estamos falando de um
235 processo que ele é feito e pensado para as pessoas, que as pessoas possam desfrutar dele, que a
236 comunidade possa desfrutas dessa área tão bonita que nós temos no Cais do Porto. Nós temos
237 um patrimônio, mas esse patrimônio precisa ser mantido também, tem que ser feita manutenção
238 constante nele, esse patrimônio tem que se integrar com o patrimônio do nosso centro histórico
239 também, então foi criada pela governadora Yeda Crusius uma comissão chamada Comissão de
240 Avaliação Técnica que ai eu começo a responder sua pergunta que ela é composta por membros
241 técnicos do estado e por técnicos da prefeitura municipal. Ela não é e eu já lhe digo então não é um
242 ato da iniciativa privada eu acho que essa é a grande vitória que nós tivemos nesse trabalho. Nós
243 não temos ninguém da iniciativa privada dentro desse contexto porque essa é uma área pública
244 que não será privatizada é uma área para ser desfrutada pela população de Porto Alegre. É uma
245 área que tem que ter acesso sempre à população de ponta aponta desde aqui da Usina do
246 Gasômetro até aquela parte da Rodoviária ela tem que ser aberta às pessoas, as pessoas vão lá
247 caminhar, passear, namorar vão correr lá dentro se quiserem, vão nos restaurantes dos bares
248 cafés, livraria essas coisas assim. Esse é o sentimento então eu já lhe digo isso é uma obra pública
249 ela será arrendada à iniciativa privada, para aproveitar os recursos na iniciativa privada, mas sob
250 coordenação e comando da administração pública é por isso que nós estamos trabalhando da
251 forma como nós estamos trabalhando talvez seja a primeira vez que esse trabalho tenha sido feito
252 dessa forma dessa maneira, nós começamos determinando as regras de utilização do local. Nós

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

253 não começamos dizendo que aqui vai ter isso que aqui vai ter aquilo, aqui será feito dessa ou
254 daquela forma, nós começamos pela legislação municipal e estadual. Eu me sinto confortável, ta
255 aqui a Magda que participou desde os primeiros dias, todos os segmentos administrativos
256 participaram da reunião. Quando eu venho aqui na SMAM hoje eu venho com muito conforto na
257 SMAM, porque a SMAM esteve presente em todas as reuniões que nós fizemos para discutir o
258 projeto. Se vocês receberam o termo de referência, esse termo de referência foi redigido aqui
259 dentro da SMAM por determinação do secretário Beto Moesch que foi um grande parceiro na sua
260 administração desse projeto, ele determinou as pessoas que fariam o trabalho e ele autorizou que o
261 trabalho fosse feito da forma como foi feito. Então isso conforta, ninguém foi atropelado, não se fez
262 coisa inadvertidamente, não se negociou nada, não se entregou nada, não se fez nada, estamos
263 fazendo a legislação e o primeiro passo é esse você vai fazer uma casa, a primeira coisa que deve
264 ser feita é ir à prefeitura pedir sua ADM saber o que pode ser construído na sua casa, depois a
265 prefeitura vai avaliar seus projetos e aqui vai ser a mesma coisa. Nós estamos determinando a
266 legislação para que depois aqueles empresários, aqueles grupos, aqueles consórcios que vierem
267 participar dessa licitação apresentem as suas propostas que será julgadas e aquele consórcio que
268 será escolhido e que fizer projeto, os projetos tramitaram por todas as secretarias, inclusive aqui
269 com todos aqueles atos necessários para o bom andamento de um projeto é assim que se faz um
270 projeto da expressão e da importância que tem um projeto de revitalização dos Cais Mauá. Vocês
271 podem também por gentileza interrompendo e a gente pode criar em vez de eu estar falando aqui e
272 gente pode debater as coisas, fazer as perguntas que vocês acham que devam ser feitas. Não é
273 fácil é evidente que cada um enxerga de uma maneira esse processo todo, mas nós nos apegamos
274 em um aspecto de consideramos fundamental, nós vivemos, tempos difíceis, tempos de crises,
275 tempo modernos, então nós temos que usar ferramentas modernas para poder ter resultados
276 positivos, nós trabalhamos muito com a sustentabilidade, não podemos pensar num processo
277 desse sem pensarmos na sustentabilidade do processo como um todo, não porque só o
278 empresário tem que ganhar dinheiro é porque o negócio tem que funcionar se não funcionar nós
279 não vamos desfrutar então esse é o conceito primeiro da sustentabilidade que tem que dar certo e
280 a sustentabilidade pega o aspecto ambiental e eu diria aos senhores aqui todos os aspectos do
281 meio ambiente foram respeitados. Nós retiramos toda e qualquer agressão ao Guaíba, ao meio
282 ambiente através do Guaíba. Nada será construído no Guaíba, nada absolutamente nada tudo que
283 será feito no Guaíba será fruto se tiver que fazer ancoradouro pra barco pra lancha, terminal
284 hidroviário que tem lá na ponta do armazém. Aqui tem o armazém hidroviário B3 que será o
285 terminal hidroviário quando começar a funcionar esse transporte por água, nós temos uma via
286 fluvial muito boa no Rio Grande do Sul, muito extensa que vai até sai mar adentro e não usamos a
287 via fluvial. Então esse é uma tentativa também de fazer com que funcione esse terminal hidroviário
288 para os barcos que possam fazer transportes de Guaíba, Eldorado, dessa região para Porto Alegre.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

289 E os ancoradouros que forem feitos lá também para esses barcos serão flutuantes. Ta dentro do
290 nosso conceito de trabalho, o respeito ao meio ambiente, a Magda tem uma grande
291 responsabilidade nisso o respeito ao meio ambiente, o respeito ao patrimônio histórico. Nós
292 respeitamos nas propostas que temos aqui pra Usina do Gasômetro essa parte, nós respeitamos o
293 símbolo da Usina do gasômetro da altura da chaminé as imagens, as imagens e proteção que tem
294 da sua chaminé, as alturas que poderão ser feitas aqui elas estão todas dentro das propostas do
295 patrimônio histórico. O que nós estamos propondo um pouco mais é fora do muro, lá naquela ponta
296 da rua, sem agredir o que já foi determinado anteriormente. Os prédios com um pouco mais de
297 altura, nos levamos lá pra outra ponta, hotel, centro de eventos, porque importante que nós
298 tenhamos em isso também . O ganho que Porto Alegre, isso pra vocês que é muito importante, eu
299 to falando as coisas estavam todas num roteiro mais ou menos lógico dentro da apresentação e o
300 que eu vou me lembrando eu vou falando, se eu sair um pouco de uma linha, mas eu volto a ela.
301 Tem um dado muito importante que eu quero passar aos senhores; Porto Alegre tem muito forte o
302 turismo de negócios, o turismo muito forte que nós temos, as pessoas vem para os eventos e ficam
303 um dia, dois dias, para os eventos e ficam mais um dia ou dois dias desfrutando da cidade o nosso
304 índice nacional de participação hoje é dezesseis por cento, com a revitalização do Cais Mauá o
305 centro histórico de Porto Alegre ao seu entorno, isso tem que haver essa integração. Nós podemos
306 passar para vinte e três e vinte e quatro por cento em participação dos eventos. Isso significa lotar
307 mais hotéis, lotar mais táxis, lotar mais restaurantes significa trazer dinheiro para Porto Alegre, isso
308 significa geração de emprego para Porto Alegre, significa desenvolvimento que é o que nós
309 precisamos ter para poder ter geração de e empregos. Então esses aspectos todos são muito
310 importantes que aconteçam em seu processo, eu não sei o amigo riu ali não sei se é a respeito do
311 comentário, se tiverem alguma coisa a acrescentar, por favor, acrescentem.

312 Sr. Eduino de Mattos - Eu sou da ONG Solidariedade. O senhor disse que é um projeto e que ta
313 obedecendo todas as lei municipais de Porto Alegre. Atualmente nós temos um grupo formado,
314 através de uma portaria do senhor prefeito para fazer o estudo da orla entre a Usina do Gasômetro
315 e o delta do rio Gravataí, nós temos o plano diretor de Porto Alegre que está sendo feito uma
316 avaliação da câmara de vereadores. Quando eu ouço falar, quando eu vejo a maquete de alguma
317 coisa a primeira coisa que me vem à cabeça foi uma votação que teve final do ano agora. Eu
318 conheço a maquete, eu tenho inclusive no meu computador.

319 Sr. Edemar Tutikian - Então deixa eu começar a esclarecer, é bom o debate para esclarecer. Não é
320 maquete virtual, pêra ai um pouquinho, então vamos esclarecer é bom trazer essas dúvidas,
321 permito esclarecer sua dúvida.

322 Sr. Eduino de Mattos - Já me vem à cabeça uma questão que eu assisti na Câmara dos
323 vereadores, uma votação, onde um vereador comemorando a vitória, levantando os braços pra
324 cima, dizendo aqui é Dubai, aqui é Dubai. Ora... A virtual que eu vi, o senhor falou que vai ser feita

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

325 alguma coisa dentro do rio e que não vai ser feito só a partir de lastros, não sei como é, flutuante, o
326 edifício que ta nessa maquete virtual ele não pode ta flutuante ele vai ter que ser feito um aterro no
327 rio, essa é a minha posição que eu vi no virtual.

328 Sr. Edemar Tutikian - Agora então eu vou responder por partes se não depois eu vou esquecer
329 para responder também, depois o senhor faz a segunda parte de sua colocação. Primeiro eu não
330 posso responder por esse vereador, eu não sei quem é e vou lhe dizer que não quero saber quem
331 é também, porque eu não concordo, eu também quero esquecer. Depois deixa eu explicar uma
332 coisa que o senhor vai entender bem, é bom explicar bem explica Dinho, nós não temos maquete,
333 nem virtual, aconteceu um fato que é importante que se diga, a gente fez num determinado
334 momento nós precisávamos ter mais informações técnicas, pesquisas, estudos econômicos
335 financeiros, levantamentos de dados turísticos, e gente sabe essas informações. Nós não temos o
336 estado como a prefeitura, nem recursos para investir em consultoria e nós achávamos que nós não
337 devíamos usar o dinheiro, que tu pode usar em educação em outras ações importante, muito
338 importantes para a população, nós não devíamos usar para contratar consultoria, então nós
339 usamos em uma figura de administração que é uma coisa muito moderna que se chama solicitação
340 para manifestação de interesse , tu vai à público , publica aquilo como nós fizemos , não é um
341 edital, não é uma seleção de nada , simplesmente é um ato administrativo, publica essa solicitação
342 e vai ao mercado no dia seguinte, quem quer fornecer por determinadas empresas com as
343 características necessárias fornecer informações, dados e estudos a respeito dessa área que se
344 habilita. Como ele será remunerado, ele será remunerado, isso foi determinado nesse próprio
345 documento até setecentos mil reais por aquele que vencer a licitação final. Quem vencer a licitação
346 paga quem fez o estudo, se o próprio grupo que fez o estudo vencer a licitação ele absorve o seu
347 custo. Bom eles fizeram, todos os grupos, a pareceram oito grupos, nós selecionamos, escolhemos
348 três estudos finais e dos três estudos escolhemos um estudo. Todos eles pra chegar aos dados
349 econômicos financeiro fizeram variações de arquitetura, desenhos virtuais, inadvertidamente sem
350 autorização publicaram aquilo lá, porque vou lhe dizer mais o seguinte, que esse que o senhor tem
351 no seu computador, virtual que tem uma enorme torre aqui na beira do rio, pois não existe isso
352 nada, não é nem permitido. Nós chegamos à conclusão que nessa parte não poderia ter nenhuma
353 torre, chegamos a essa conclusão, porque aquele era um estudo, não era uma encomenda de
354 projeto executivo e arquitetônico, eram m dados, eram dados e eles fizeram sua proposta e eles
355 foram ao mercado e divulgaram aquilo, aquilo nos atrapalhou, atrapalhou muito porque nós
356 estamos trabalhando aqui só com legislação eu não posso querer fazer uma casa seu não tenho
357 os dados para fazer a minha casa, nem construir um edifício, nem fazer um boteco , nem um bar
358 nem nada , nós estamos aqui tratando de legislação, nós estamos tratando de diretrizes, de termos
359 de termo de referência que não é definitiva. O termo de referência era definitivo quando nós
360 tivermos todas a s informações de aproveitamento do local. Mas como é que um grupo empresarial

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

361 pode fazer uma proposta se ele não tiver a legislação para se reger nisso, vira o samba do crioulo
362 doido o negócio não pode ser. Então essa é a ordem, então eu quero dizer o seguinte não tem
363 absolutamente, se o senhor ler todas as diretrizes não tem nada dentro do rio não pode botar nada
364 dentro do rio, não pode tem que preservar o meio ambiente, porque nós sabemos que vai afetar
365 não só o canal de navegação, ma como vai afetar as ilhas lá na ponta, a gente sabe disso, porque
366 o projeto anterior proposto tinha trinta metros cúbicos de aterro, eu particularmente, acho uma
367 barbaridade isso, é por isso que isso não vingou, não podia dar certo, agora não, tem muita área
368 aqui cento e oitenta em um metros quadrados não precisa invadir o rio, não precisa, a única
369 autorização que nós temos aqui da SMAM, que foi escrito pela SMAM parte das diretrizes é fazer a
370 correção de orla aqui , essa parte aqui, a correção de orla, porque a nossa idéia é que as pessoas,
371 esse público todo que frequenta essa parte toda possa entrar nessa parte aqui e seguir
372 caminhando até aquele outra ponta, esse é o nosso sentimento. É importante à gente discutir isso,
373 porque se esse projeto perder o sentimento das pessoas que isso é feito pra comunidade nós
374 vamos nos dar mal, porque se Puerto Madeiro se deu mal, mas é abastecido por um fluxo turístico
375 muito grande, Portugal tem um fluxo turístico muito grande aqui não é assim, nós temos nossa
376 realidade aqui.

377 Sr. Eduino de Mattos - Eu estive em Lisboa a convite do planejamento estratégico do porto, eu
378 estive lá três dias, o governo não gastou quase nada e devolveu a população um porto limpo com
379 turismo e com uma série de coisas e é isso que a gente quer aqui eu sou favorável, pessoalmente
380 sou favorável que a população se aproprie do Cais do Porto, porque ele não serve hoje pra
381 praticamente nada, ta privatizado.

382 Sr. Edegar Tutikian - Não, ele é uma área pública que está parada. O senhor sabe essa parte onde
383 tinha uma marina aqui, eu não to falando da marina.

384 Sr. Francisco Furtado- Desculpe interromper conselheiro. Dr. Tutikian, nós já estamos partindo
385 para um debate e na verdade isso aqui é uma apresentação para conhecer do COMAM de uma
386 obra pública, então eu gostaria de interromper, mas já interrompendo. Porque o senhor tem prazo
387 se não, não vai conseguir apresentar, então assim não vamos nos furtar ao debate ta, vai haver o
388 debate, mas eu gostaria de encerrar e o senhor continuar sua apresentação, responde a última ta,
389 só que eu não gostaria, depois ao final da apresentação ai abrimos para o debate, se não a gente
390 acaba se atrasando e o senhor tem prazo.

391 Sr. Edegar Tutikian - Mas foi importante porque eu tinha que esclarecer na minha apresentação a
392 pergunta que foi feita. Só para esclarecer uma coisa, Portugal recebeu muito dinheiro, mercado
393 comum europeu colocou muito dinheiro em Portugal, quem foi antes das Expoes e depois da
394 Expoes é o dia e a noite, um mar de dinheiro e acho mais ainda , acho que eles cometeram alguns
395 enganos com aqueles prédio lá na beira do rio , que não tem aproveitamento hoje, que ficaram
396 aqueles monstros ali parados, mas o turismo abastece muito eles lá na parte do Porto. E eles

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

397 tiveram problemas muito sérios de manutenção como teve Puerto Madeiro, por exemplo, também,
398 Puerto Madeiro não cuidaram da parte de sustentabilidade e acabou depois tendo problemas de
399 recuperação que levou mais de vinte anos. Olha outra coisa também, tava me lembrando o Breno,
400 Belém do Pará, não sei se os senhores conhecem Belém do Pára que todos achemos uma
401 maravilha. Acho que cometeram um erro talvez por serem os primeiros, cometeram um erro
402 irreparável o erro, porque o estado fez o projeto, o estado pagou a conta, o estado decidiu a
403 ocupação, o estado não foi ao mercado perguntar o que é bom fazer aqui como nós já fizemos, o
404 que tem que ter aqui pra funcionar isso e dar lucratividade, o estado não fez nada disso, o estado
405 foi lá e fez uma obra belíssima eu tinha até foto no Cd aqui de Belém do Pará, uma obra
406 maravilhosa erraram na receita e na despesa. Hoje, hoje a última informação que nós temos o
407 estado tem que abortar todos os meios. Quinhentos mil reais mensais para cobrir a despesa,
408 porque não trabalharam para a sustentabilidade. Eu digo isso pra vocês com muita ênfase na
409 sustentabilidade porque ela é sócio ambiental, ela é sócio econômico, ela é social, nós vamos gerar
410 aqui de três a quatro mil empregos. E indiretos quase dez mil empregos, então nós não podemos
411 perder essa noção e isso não é um projeto imobiliário, não é em um projeto especulador, não é um
412 projeto imobiliário, é um projeto de desenvolvimento. As pessoas que investirem aqui, eu espero
413 que os fundos de pensão invistam aqui, os fundos de pensão hoje estão com muito dinheiro eles
414 podem fazer isso e recupere seu investimento ao longo do tempo. Esse é o segredo desse
415 processo de desenvolvimento e essa integração toda é o nosso processo de desenvolvimento, que
416 seja feito nessa linha, geração de emprego, geração de tributos e geração de lazer e
417 entretenimento para a comunidade. O processo de integração, eu vou lembrando das coisas to sem
418 o roteiro, o processo de integração com a cidade, com o patrimônio histórico da cidade é
419 fundamental, inclusive traz acessibilidade, um dos grandes problemas que a gente tem é o
420 problema da acessibilidade. E nós vamos ter que integrar o projeto de revitalização do Cais do
421 Porto junto ao projeto da Copa 2014 para que junto com o município nós possamos definir as
422 possibilidades, porque nós não podemos definir um projeto que é feito do junto pra dentro à
423 acessibilidade, quem decide a acessibilidade, que discute a acessibilidade é a EPTC e seus
424 técnicos, nós temos que nos integrar nessa movimentação toda de malha viária que vai ter Porto
425 Alegre e nos integrarmos também junto porque nos teremos recursos federais para investir nas
426 melhorias das cidades, na área de infra-estrutura e também na área da acessibilidade e na área
427 viária. Eu gostaria também Furtado que as pessoas questionassem também alguma coisa, não que
428 a gente criasse um debate longo, mas que eu pudesse esclarecendo o trabalho que será feito. Nós
429 pensamos também, por exemplo, o nosso pensamento com relação à acessibilidade das pessoas
430 a gente tem pensado muito nisso . Por exemplo, nos estamos pensando que a Mauá pudesse ter
431 um rebaixamento e se afazer um acesso largo que se venha ali da Praça da Matriz e que as
432 pessoas que chegam de ônibus, que chegam de caminhonete ou que estacionam seus carros fora

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

433 possa acessar. Nessa praça aqui da ponta também tem um rebaixo bem no final da João Goulart
434 para que a gente possa unir aquela parte da praça e ter uma grande praça ali e melhorar. Nós
435 vamos ter uma outra parte agora, alguém gostaria de fazer alguma colocação, tem alguma dúvida?

436 Sr. Gilson Tesch - Em primeiro lugar acho que está sendo prejudicada a apresentação, ta muito
437 prejudicada, ninguém ta entendendo nada, porque tem apenas uma ilustração no *power point* a
438 gente recebeu um monte de documentos, estudou eu pelo menos. Essa apresentação eu estudei
439 os documento e gostaria que fosse feita uma apresentação digna desse conselho na verdade.

440 Sr. Edegar Tutikiam- É outra fase técnica com os colegas da área técnica. Meu amigo, por
441 gentileza, essa apresentação está sendo digna eu sou do estado, eu vim aqui como todo respeito e
442 com muita dignidade e com muito respeito, lamento que o Cd não tenha aberto no computador
443 aqui. Lamento isso, nós temos duas fases. Agora se o senhor prestar atenção, o senhor ta
444 nervosos, não fique nervoso. Atenção eu to fazendo primeiro uma fase conceitual, porque o senhor
445 não pode discutir a planta se o senhor não entender o conceito, é errado isso, as pessoas não
446 podem discutir uma ponta sem entender a outra. Essa parte das plantas que o senhor está falando
447 é a parte que meu colega, o Breno, e o Roberto que são da secretaria do planejamento do
448 município vão fazer a apresentação, então assim a primeira frase é para discutir o conceito para
449 explicar aos senhores porque nós chegamos a determinados pontos, o que foi feito, pé uma
450 questão de respeito ao conselho explicar ao conselho todo os detalhes, esse é o sentimento que eu
451 estou fazendo aqui hoje, lamento que não tenha aberto o *power point* aqui, seria muito melhor
452 seguirmos um roteiro determinado, mas o que eu vou fazer, a informática é isso ai mesmo não
453 abre, às vezes não abre. Nós podíamos então começar essa segunda parte e depois eu gostaria
454 de responder as perguntas das dúvidas que tivessem a respeito do trabalho.

455 Sr. Francisco Furtado - Vamos passar a segunda parte, a parte mais técnica.

456 Sr. Breno Ribeiro - Muito boa tarde a todos, aos que eu não conheço muito prazer, sou Breno
457 Ribeiro engenheiro da secretaria do planejamento municipal, e tenho acompanhado esse processo
458 do projeto Cais Mauá desde de o seu início. Preocupado em contextualizar eu vou fazer um esforço
459 assim, o que já foi feita, o que está sendo feito que etapa nos estamos cumprindo nesse momento
460 e o que falta ainda com vistas à implementação de desse projeto. Posteriormente o arquiteto
461 Roberto vai detalhar então mais precisamente a questão do projeto de lei do regime urbanístico que
462 vai ser encaminhado à Câmara Municipal. E para tanto eu vou me utilizar de três ou quatro slides.
463 Vamos ver se esses funcionam pelo menos. Tipo assim uma linha do tempo o que tem ocorrido e o
464 que está ocorrendo e o que falta ainda a ser elaborado. É uma abordagem simplificada 2006, 2007
465 e 2008 foram levantados exaustivamente levantamentos cadastrais e fundiários da área, essa é
466 uma área de aterro, é uma área estadual que tem uma concessão pra exploração de porto por
467 parte da União Federal e não tinha absolutamente nada de informações de sua infra-estrutura de
468 seus prédios, apesar de serem prédios tombados não tinham plantas, não tinham nada,

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

469 absolutamente nada. E mais seriamente ainda a questão fundiária, não era uma área registrada.
470 Tudo isso foi um processo trabalhoso lento como todos sabem a burocracia nessa área é
471 complicada, essa questão do registro, mas as últimas notícias é uma etapa vencida e a área está
472 no ponto de vista fundiário totalmente regularizado. Nessa época também foram elaboradas as
473 diretrizes urbanísticas referentes ao uso e ocupação do solo, patrimônio histórico e cultural do meio
474 ambiente e da infra-estrutura. Foi constituído um grupo de secretarias municipais e estaduais que
475 trabalhou, se reuniu exaustivamente durante meses discutindo palavra por palavra as tais diretrizes
476 urbanísticas. A idéia desde o início era, existia já uma intencionalidade desse projeto por absoluta
477 falta de recursos do estado e do município haveria necessidade do concurso e da iniciativa privada.
478 Para tanto nós tínhamos que criar regras pré-estabelecer regras porque se trata de uma área
479 especial e regime urbanístico, então ela ficou aguardando uma oportunidade e a oportunidade é
480 agora. Como tem essa intencionalidade de transformar o Cais Mauá, fazer essa revitalização e sua
481 reciclagem de uso esse é o momento de criar essas regras e o primeiro passo começou pelo
482 princípio; diretrizes e essas diretrizes são o referencial para se chegar na legislação do regime
483 urbanístico, então ocorreu duas rodadas das diretrizes; a primeira foi nessa época aqui, esse grupo
484 elaborou as diretrizes e elas foram enfim avaliadas pela Comissão de Análises Urbanísticas e
485 posteriormente encaminhadas ao senhor prefeito. O senhor prefeito não se sentiu ainda, naquela
486 ocasião confortável e solicitou mais estudos, mais aprofundamento. E isso foi muito bom, porque
487 proporcionou pela primeira vez que se tenha notícia aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul,
488 previamente o poder público escutar a iniciativa privada que seria os prováveis investidores, porque
489 as diretrizes elas respondiam pela nossa visão, visão pública pela nossa expertise, nossa
490 experiência, da visão tão somente pública, mas faltava e com essa solicitação do prefeito foi
491 possível então se chegar através do que o Tutikian fez menção de uma legislação das PPPs ,
492 através foi lançado um edital solicitando uma manifestação de interesse de quem quisesse fazer
493 estudos de modelagem de econômica e financeira. Então vários grupos se candidataram, se
494 apresentaram, não se candidataram porque não era concurso, eles se apresentaram, manifestaram
495 interesse e desenvolveram a partir daquelas primeiras diretrizes urbanísticas, patrimônio histórico,
496 ambientais enfim, dentro das diretrizes eles testaram e modelaram vários cenários, não só cenários,
497 mas especialmente cenários legais, do ordenamento legal da gestão, do negócio de todos os
498 aspectos jurídicos enfim, são estudos aprofundados que entre eles que foi escolhido que o governo
499 do estado vai usar a seu bel prazer. É um pleito manancial para ele elaborar futuramente o edital
500 então, e ai sim ocorrer à licitação devidamente ou de concessão da área. Vencida essa etapa agora
501 chegamos aqui em 2008, 2009, elaborada então os estudos de modelagem econômica jurídica e de
502 gestão e posteriormente nos proporcionou a partir desses estudos ajustar as diretrizes previamente
503 elaboradas é essa etapa que nós estamos cumprindo agora, porque os estudos apontaram uma
504 série de visões que nos permitem calibrar as diretrizes que traziam somente a visão pública, então

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

505 é a etapa que nós estamos cumprindo atualmente. E elaborados os ajuste nas diretrizes
506 urbanísticas e posteriormente aprovado. Elaborados também termo de referência e minuta de
507 projeto de lei do regime urbanístico para o projeto. Então se avançou, nós estamos calibrando as
508 primeiras diretrizes a luz dos estudos de modelagem econômica e financeira, estamos submetendo
509 então a rotina dos conselhos da minuta do projeto de lei que será encaminhada à câmara e de um
510 termo de referência prévias, vamos chamar assim que fará parte de um edital de licitação da área,
511 esse termo de referência foi maturada essa idéia, porque nós sempre buscamos o entendimento a
512 argumentação de que um termo de referência no edital conferiria a esse edital a essa licitação uma
513 segurança jurídica do ponto de vista para quem fosse participar dela. Então temos o termo de
514 referência que sabiamente lá um parágrafo que diz que esse termo será, deverá ser ajustado a
515 critério do órgão ambiental por ocasião dos estudos ai sim dos estudos de viabilidade urbanística
516 que vamos entender posteriormente. Então nós estamos exatamente nessa jornada, nós
517 submetemos aos ajustes das diretrizes à Comissão de Análises Urbanísticas, CAUGE, todos foram
518 aprovados por unanimidade, não houve problema, submetemos ao Conselho do Plano Diretor, esse
519 pacote de diretrizes reajustadas projetos de lei e referencia também o Conselho do Plano diretor
520 aprovou semana passada submetemos posteriormente ao COMPAC segunda-feira passada, foi
521 aprovado por unanimidade e hoje como última etapa estamos submetendo ao COMAM. Então
522 2009, 2010 e 2011, nós vamos pra apreciação, já foi aprovado na CAUGE em 14 de cinco, no
523 COMPAC no Conselho do Plano Diretor e agora no COMAM. Após esse pacote vai a homologação
524 do senhor prefeito municipal que enviará posteriormente à Câmara municipal o projeto de lei
525 complementar que institucionalizará o regime urbanístico para a área. A Câmara então vai apreciar
526 e aprovar o referido projeto de lei complementar, que vai instituir o regime urbanístico para a área
527 do Cais Mauá, o regime vai estabelecer as regras gerais de uso e ocupação. Todos os futuros
528 projetos vão se enquadrar dentro dessa normatização e por último, com isso aprovada a lei o
529 governo estadual poderá providenciar então a publicação do edital de licitação, de arrendamento ou
530 concessão da área enfim a avaliação das propostas incluirão o ante projeto arquitetônico de infra-
531 estrutura como um dos itens da licitação será os anteprojetos arquitetônicos ai seria uma comissão
532 de alto nível vai também avaliar e será um dos critérios de avaliação. Declaração da proposta
533 naturalmente elaboração da empresa vencedora estudos de viabilidade urbanística e ai em
534 vermelho volta à tramitação no âmbito do município, análise e aprovação do EVU, emissão de
535 licença prévia e elaboração e assinatura do termo de alistamento de conduta e toda a via cruzius
536 que todos temos conhecimento... Então nos estamos assim, a meio caminho dessa jornada. Nós
537 estamos a ponto de encaminhar agora à Câmara Municipal o projeto de lei complementar que é o
538 requisito número um. Básico, para que ocorra a licitação. Eu convidaria agora o arquiteto Roberto
539 para apresentar o projeto de lei em detalhes para apreciação de todos, obrigado.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

540 Sr. Roberto Cé - Senhores conselheiros eu trabalho na secretaria do planejamento municipal e eu
541 coordenei a elaboração dos primeiros parâmetros para gerar o estudo de modelagem e depois
542 refizemos todo o trabalho que vai resultar na lei que eu vou apresentar. Essa remodelagem foi
543 extremamente significativa, pois ela possibilitou nos primeiros parâmetros de resultado daquelas,
544 um dos quatros esses divulgados, quase todos foram divulgados, e foram todos recalibrados de
545 maneira a adequar esse novo regime urbanístico a sustentabilidade econômica do
546 empreendimento. Os empreendimentos eles apontaram nesses estudos um potencial construtivo
547 na ordem, entre duzentos a duzentos e cinqüenta mil metros quadrados. Um estudo apontou uma
548 área construída na ordem de quatrocentos mil metros quadrados. Nós entendemos, então, que na
549 faixa de duzentos a duzentos e cinqüenta mil que envolve áreas vão ser suficientes para atingir o
550 objetivo que o Dr. Tukian referiu antes. Então eu vou colocar todas as etapas da lei vinculadas a
551 essas fotos que estão projetadas e esclarecer para depois então desenvolver um debate com
552 esclarecimentos mais detalhados, mais específicos. Bom essa primeira lâmina aqui trata na
553 realidade de apresentar os três setores que nós estamos trabalhando no projeto de lei. O setor um
554 gasômetro, o setor dois armazéns, que é um setor que realmente tem questões culturais mais
555 significativas e o setor Docas. Nesses três setores todos vão trabalhar de forma independentes o
556 que significa isso, a lei não permite trabalhar com índice de um setor ser transferido para outro, qual
557 é a idéia dessa estratégia que foi colocada inclusive nessas diretrizes. Da possibilidade do
558 interesse público de o adensamento que vai ser gerado aqui mais o adensamento provoque um
559 interesse, um fluxo entre os dois extremos de maneira a fazer animar um setor que é mais
560 complexo de ter animação que é exatamente o dos armazéns, então há um interesse urbanístico
561 nessa proposta. No setor um nós vamos ter um índice específico, no setor dois nos armazéns
562 também outro regime e nas docas também outro regime. O anexo dois deve tratar do índice de
563 aproveitamento. Bom toda essa legislação foi feita exatamente com os mesmos, digamos assim
564 conceitos, com os mesmos formatos da lei atual para não gerar confusão de interpretação de
565 morfologia das edificações, ou do formato das edificações, da mesma forma. Ta bem atual do Plano
566 Diretor a lei 434. Então dentro dessas características estamos trabalhando com índice de
567 aproveitamento no setor um, no setor gasômetro nesse setor aqui da ponta. Quer dizer uma vez a
568 área do terreno é possível de identificar. No setor dos armazéns estamos trabalhando com zero
569 cinco, quer dizer metade, isso ai é suficiente para manter exatamente os armazéns como estão.
570 Uma possibilidade de fazer mezanino e aquela potencialidade que foram colocadas às diretrizes de
571 fazer eventualmente alguma ligação, algum equipamento, algum elemento de ligação que for
572 interessante, possibilitando assim a ligação e essa continuidade desses armazéns. No setor das
573 docas, que é um setor que vai receber um adensamento mais significativo ele passa a ter um ponto
574 nove que é exatamente o índice que tem hoje no Menino Deus. O índice do centro que era a
575 primeira referência era dois ponto quatro e nós conseguimos através desses estudos de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

576 modelagem fazer uma redução significativa da construção do adensamento que eu diria nesses
577 setores. Por gentileza, o anexo três. O anexo três vai tratar da questão das alturas.

578 Sr. Edegar Tutikian - O setor das docas, inicialmente a primeira etapa de diretrizes apontava para
579 dois ponto quatro e que ficou fixada em um ponto nove, pois os estudos demonstraram, em
580 especial o estudo escolhido, que um ponto nove é suficiente para ser implantado um investimento
581 sustentável do ponto de vista do próprio investimento. Dois ponto quatro estava acima é exagero,
582 nós não tínhamos essa informação, então os estudos nos permitiram calibrar para baixo, aliás
583 todas as calibrações foram para baixo .

584 Sr. Roberto Cé - Para detalhar a palavra exagero, no sentido seguinte, na questão simplesmente,
585 na ótica urbanística é válido o índice dois ponto quatro que é a área central que é a área do centro,
586 dois ponto quatro, em termos de negócio foi, digamos assim, feito os estudos realizados apontaram
587 para fazer um índice reduzido e nós reduzimos e essa foi a intenção. Na questão da altura nós
588 vamos trabalhar então com vários zoneamentos começando pelo H1, o H1 é a zona toda, que é a
589 cinza que tá aqui, é a zona que não tem altura, se fez questão de colocar como altura nula, onde só
590 vai, ela vai ser reservada para uso exclusivo do pedestre, para mobilidade e eventualmente para
591 veículos nessa região aqui, mas ela é restritiva a indicação. Aqui nesse trecho é importante, em
592 caso de edificação de algum outro elemento que vai possibilitar toda a ligação com a orla nos
593 sentido da zona sul. Então nós temos o H1 que é a zona cinza, o H2 que são os prédios tombados,
594 que é toda aquela região aqui na área dos armazéns. Tem o H3 que é o entre os armazéns e
595 pórtico que tem uma altura de oito que é a base inferior a dos armazéns. O H4 é nesse setor aqui
596 também é uma altura estabelecida por diretrizes que é de quatorze metros, essa altura estava
597 encobrindo as limitações do terraço da Usina, do prédio da Usina. E no H5 nós vamos trabalhar
598 com uma base de quatorze e uma altura de corpo de dezoito, o que significa isso, que esse setor
599 pode ter um prédio com quatorze metros e esse setor aqui nesse “S” exatamente, nesse setor aqui
600 pode ser edificado um prédio com mais de 18 metros, que ele vai totalizar da parte que tem o
601 prédio mais baixo, mais dezoito a trinta e dois metros que é uma altura compatível com a altura da
602 Usina, ela tá trabalhando na mesma altura que a parte superior da Usina aqui. No setor que vai
603 receber um adensamento maior que é o H6 que é esse setor aqui, nós estamos trabalhando com
604 cem metros, o que significa cem metros, é aproximadamente um prédio de vinte e seis andares,
605 aproximadamente o Everest, ele tá compatível com a altura superior da própria chaminé em torno
606 de cento e dezesseis, é uma altura que tem o prédio da Formac no centro, mais ou menos dessa
607 altura aí. Não quer dizer que vá chegar a essa altura aí, isso é ponto referencial de possível chegar
608 a essa altura. Com relação à parte de altura é isso que eu tenho. Nós vamos trabalhar com a parte
609 de ocupação que faz parte do regime urbanístico. A altura mais com a taxa de ocupação nós vamos
610 ter a volumetria. Taxa de ocupação também ela é bastante reduzida na área dos armazéns, nós
611 estamos vendo lá o PO 01, ela é de quarenta por cento, hoje a taxa menos no plano diretor é de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

612 sessenta e seis por cento, nós estamos trabalhando com quarenta. E a taxa de ocupação dois que
613 á na zona dos prédios mais altos das docas, setenta e cinco por cento. Vinte e cinco por cento,
614 pela verticalização na realidade atinge na ordem de vinte e cinco, trinta por cento. Só me permite
615 concluir e podemos então voltar ao anexo anterior. Na taxa de ocupação três que é junto da Usina,
616 nós temos duas taxas, que é de exatamente como é o Plano Diretor hoje com base de noventa,
617 possibilitando um prédio de quatorze metros e podendo ser horizontalizado, tipo se vem um teatro,
618 shopping, alguma coisa horizontal que demanda ou então e verticaliza e pode subir com taxa de
619 ocupação de setenta e cinco por cento. Então com relação a taxa de ocupação é isso. Só vou dar
620 um retorno para esclarecer o conselheiro. E depois retornamos num slide com relação à parte de
621 acessibilidade de conexões. Qual era a dúvida?

622 Sr. Christiano Ribeiro - Por exemplo, na ponta da esquerda, os prédios seriam mais altos?

623 Sr. Roberto Cé- Não, aqui: Aqui é quatorze metros. Não, até o setor aqui onde ta o limite do muro,
624 quatorze metros. Nessa parte mais escura aqui ele pode ir a trinta e dois. Nesse setor aqui, esse
625 armazém foi permitido não ser tombado, mas ser derrubado. Esse ai não ta dentro do patrimônio.
626 Esse setor aqui com seis e setenta, todo ele vem com três e setenta até aqui. Pra mim ta laranja, as
627 cores estão alteradas. Esse setor aqui cem metros, esses três. O entorno todo, edificação zero, não
628 tem edificação. E a faixa existente que é tombada com os paralelepípedos que tem lá no Cais do
629 Porto. É o que existe hoje lá. Esse zoneamento foi basicamente trabalhado em cima das diretrizes
630 elaboradas por esse grupo que desenvolveu durante dois anos esse trabalho. Então faz parte hoje
631 de um dos documentos anexos que eu trouxe para os senhores ai. O quinto slide é relativo à
632 questão de um problema bastante sério que se debateu muito com a EPTC e outras secretarias
633 que é a questão de como acessar, de que maneira dar acessibilidade a essa situação, porque nós
634 temos um bom trecho que os senhores conhecem que além do muro tem esse setor aqui nós
635 temos o trem, então nós temos duas barreiras na realidade. Os que seriam, todos os indicativos
636 são, de potencialidade, não quer dizer que o empreendimento que ganhar vai fazer e nem diz que
637 não possa fazer outros, pode surgir, mas esses são os mais significativos. O primeiro começa numa
638 possível ligação que já existe hoje, que é um túnel que tem lá na Ramiro que vem aqui pelo Cais,
639 há uma potencialidade aqui na forma de túnel. Aqui aquele braço que e gente vê pela Castelo
640 Branco que não ta concluído.. Continuidade entrar aqui dentro. Aqui é um rebaixamento fazem do a
641 vinculação a aquele largo junto à rodoviária conectando nesse setor todo aqui das docas que é
642 possível. Esse setor todo aqui onde ta o laranja é pra pedestre é exclusivo pra caminhar, então todo
643 ele ta reservado. Aqui também tem uma possibilidade de conexão por baixo aqui nesse trecho, que
644 é o Largo Cairú. Esse aqui já existe essa vinculação junto à estação Trensurb central. Esse setor é
645 um setor fundamental e importante por referido rebaixamento da Mauá que é o eixo da Sepúlveda,
646 que é aquele eixo que tem a Praça Dom Feliciano do pórtico. É um espaço bastante interessante
647 do projeto. Aqui se tem hoje outras ligações que há possibilidades nessas diretrizes de novas

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

648 aberturas do muro, desde que não prejudique a funcionalidade do porto. Aquela história de tirar o
649 muro e cortar o muro não existe, nós vamos permanecer com o muro a não ser que a proposta
650 substitui e comprove a proteção contra as cheias. Nesse setor também tem um outro indicativo
651 bem interessante que é o rebaixamento de todo o setor da Presidente João Goulart de maneira
652 integrar a praça a essa parte com esse setor aqui, através do rebaixamento e esplanada e no nível
653 do pedestre também é a mesma situação junto ao trecho da Rua dos Andradas com uma praça
654 aqui que eu não me recordo, essa praça aqui junto ao prédio da Usina. Essa aqui é aquilo que nós
655 falamos no início da potencialidade do pedestre vir por aqui desenvolver sair na Usina e continua
656 percorrendo ao longo da orla, Parque Marinha, etc. Então basicamente simples para gente não se
657 alongar e abrir espaço pra discussão a síntese da lei ta resumida nesse regime urbano. As mesmas
658 lâminas, as mesmas formas que nós apresentamos nos demais conselhos. Obrigado a todos.

659 Sr. Norberto Ayp - Nessa lâmina se o senhor arquiteto não se incomodar, é o aeromóvel que é um
660 produto de Porto Alegre. Um sistema totalmente diferente, baixo consumo de energia foi
661 incorporada essa possibilidade? Não foram vistas a possibilidade de usar um meio de transporte
662 para poder facilitar a mobilidade de todo esse setor. Foi incorporada essa possibilidade de interesse
663 do governo federal?

664 Sr. Roberto Cé - Nós temos que contextualizar em que ponto nós estamos abordando. Tem uma
665 diretriz muito clara, os senhores receberam esse material, a mobilidade urbana tem uma das
666 diretrizes ta muito claro lá, que pode e deve ser pensado um sistema de transporte coletivo de alta
667 tecnologia, enfim, pra manter esse movimento pendular entre a área aqui junto ao Gasômetro e a
668 área junto às docas, de tal forma nós imaginamos um sistema que permanentemente estaria
669 circulando nesse movimento e que as pessoas iam subindo desembarcando e que tenha até
670 necessidade de parar, alguma coisa do gênero, mas essa diretriz é muito clara, só que não
671 podemos a priori dizer que necessariamente tem que ser o nosso aeromóvel, que seja
672 nosso aeromóvel, mas por uma questão importante, isto vai ser matéria de licitação

673 Sr. Edegar Tuttikiam - Esse foi um assunto de debate nossos internos do grupo de trabalho, da
674 possibilidade do aeromóvel. Nós discutimos o aeromóvel, mas é o sentimento que nós temos que
675 isso possa acontecer. Mais que um sentimento, é uma diretriz clara.

676 Sra. Maria da Graça - Sou Maria da Graça, eu sou do DMAE: E assim, só uma coisa que chama
677 atenção. Primeiro eu sei que foi pensada essa questão viária, mais de fato aquilo ali é um local
678 muito complicado, me preocupa a intenção de se fazer um prédio de cem andares, cem metros ali,
679 a quantidade de pessoas que vão passar por aquela área, eu acho que talvez até tenha que se
680 pensar a própria questão da rodoviária naquela localização, mas uma outra coisa, aproveitando e
681 que o colega aqui falou eu acho que, eu não sei se isso prevê uma possibilidade de no futuro, até
682 isso já foi aventado pelos órgãos públicos de se fazer talvez um sistema de alongamento do
683 Trensurb, alguma coisa que tenha esse acesso pra a zona sul. Como com essa utilização vai

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

684 sobrar uma área para o futuro transporte coletivo ali naquele local do tipo Trensurb indo para a
685 zona sul, isso é pensado?

686 Sr. Roberto Cé - Você está se referindo ao Trensurb?

687 Sra. Maria da Graça - Ao Trensurb, ou trem ou, sei lá, o aeromóvel para a zona sul, porque isso são
688 coisas que já foram atentadas para serem feitas para a zona sul de um transporte do tipo trem ou
689 aeromóvel, alguma coisa que pudesse transportar por transporte coletivo, então em utilizando essa
690 área toda, vai sobrar espaço uma vez que nós temos digamos um movimento muito alto para a
691 parte central de Porto Alegre em direção à zona sul, coisa que um Trensurb não venceria. Há
692 espaço ainda no local?

693 Sr. Breno - Não, na área do objeto não. A área do Cais Mauá não, ali vai ser de uso exclusivo, ele
694 vai ter um transporte interno dele, um transporte de massa da cidade ele vai ter que ser resolvido
695 no sistema viário base da cidade. É que nós temos variáveis aí que nós não temos domínio e o que
696 se sabe o Trensurb evoluindo o projeto da linha dois, esse ramal aqui junto ao longo da Mauá, ele
697 será desativado num futuro em médio prazo, longo prazo enfim. Isso melhoraria bastante o
698 aspecto da acessibilidade, mas não podemos esperar o Trensurb tomar essa atitude, o projeto tem
699 que vim antes, tem que resolver antes essa questão da acessibilidade. O que nos reconforta é o
700 seguinte que esse é um projeto da ordem de duzentos milhões, trezentos milhões de reais,
701 quinhentos milhões de reais, na ordem de. Significa que são grupos, isso é briga de cachorro
702 grande, eles sabem melhor do que nós de que para viabilizar um negócio a acessibilidade é o ponto
703 número um, o ponto número dois ou um também é o parque o estacionamento, os americanos
704 dizem “no park, no business” e essas diretrizes estão dadas e eles vão ter que buscar isso e isso
705 faz parte da viabilização e vai fazer parte também, mas não agora, isso nos aflige, mas não é esse o
706 momento dos estudos específicos lá da ocasião dos estudos de pacto ambiental, dos estudos de
707 circulação. Seria exercício de adivinhação isso, nós vamos deixar para os estudos específicos
708 resolverem essas questões que prioritariamente nos estamos dando diretrizes e especial se não teria
709 aqueles estudos, mas o que vale tecnicamente são os estudos específicos por ocasião do vencedor
710 e elaboração de estudos de viabilidade urbanísticos e estudos de impacto ambiental e de
711 circulação.

712 Sr. Thomas Acosta da UAMPA - Eu to assim encantado com o projeto sabe, muito interessante,
713 mas eu notei assim que nós vamos continuar chegando no muro e só olhar próprio e não vamos ter
714 marina ou contato com água só se a gente se jogar ao Guaíba ou como é que vai ser isso aí? Outra
715 coisa, claro que vai trará do problema do porto, mas o porto faz parte da cidade e tem se falado não
716 só na questão do Trensurb, mas numa linha de ponte que ligasse a praça ali do Largo Glênio Peres
717 com o Gasômetro, isso não poderia ser incorporado nesse projeto, não foi pensado isso, como é
718 que vai ser e outra coisa é dizer o seguinte que eu to assim muito satisfeito com o enorme volume
719 de informações que nós estamos recebendo a respeito do projeto e nós gostaríamos de digerir isso.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

720 Nós recolhemos para podermos discutir isso e quem sabe até solicitar novas informações.

721 Obrigado. Novo material mais detalhado, obrigado.

722 Sr. Roberto Cé - Sua dúvida nos propicia bater na seguinte tecla, a etapa que nós estamos
723 vencendo agora e o que significam diretrizes, nós não estamos fazendo projeto, nós estamos
724 fazendo o seguinte, os projetos que vierem aí, as propostas todas que vierem tem que atender
725 basicamente essas diretrizes. Por exemplo, para ficar bem claro, existe uma diretriz assim o muro
726 não vai ser demolido, isso ta aposto, muito claro, então não se discute mais, é um afaça discussão
727 que se tem pela cidade. Bueno, mas também ta dito lá o seguinte, se for necessário diante de
728 estudos de mobilidade abrir novas travessias no muro desde que estudo específico que garantam a
729 funcionalidade dos sistemas de proteção contra as cheia será permitido. Isso significa diretrizes eu
730 não estou afirmado que necessariamente nós não vamos abrir o muro e se não tivermos uma
731 hipótese mediante estudos específicos de abrir o muro. Se nós não tivermos isso presente vai
732 confundir lá na Câmara Municipal, por ser a câmara a gente sabe que é um palco, e se eles
733 entenderem que quiserem discutir o projeto, não existe projeto nós estamos. Uma legislação é um
734 plano diretor que não tinha para essa área, plano de ocupação é o guarda-chuva legal. Ai os
735 projetos vêm dentro desse guarda-chuva. Ai é que nós vamos analisar, estudar, aperfeiçoar,
736 contrapor e aprovar um projeto final. Fora disso, nós não soubemos se quer quem vai ganhar essa
737 licitação, isso só o mercado sabe e talvez nem ela saiba, porque é hoje daqui a dois anos muda
738 isso, então é uma perda de tempo, nós ficamos correndo atrás, aquela história do cachorrinho
739 correndo atrás, nós temos que avançar pra poder apostar ali na frente e ai sim aprovarmos. Fora
740 disso, nós não vamos, Porto Alegre vai ficar nessa eterna discussão com o que fazer com o Cais
741 Mauá.

742 Sr. Gilson Tesch - Na verdade primeiro aqui questão que me preocupa muito é a questão
743 ambiental. O senhor no início da colocação falou que não teria nenhuma intervenção ambiental e os
744 projetos que eu recebi pelo menos falam na retificação da orla do Gasômetro que fica aterro, um a
745 coisa horrível que a gente tem na consciência que já foi aterrado toda aquela parte da Praia de
746 Belas e vão aterrar mais um pedaço, vão colocar um monte de terra, tirar terra de outro lugar e
747 deixar um buraco e tapar o rio, mexendo na hidrodinâmica do rio que certamente vai sobrar em
748 outro lugar ou operar o fluxo da água e isso é uma questão que não foi explicado nada sobre essa
749 questão. E quanto à questão legal, o que foi apresentado também, primeiro lugar essa questão de
750 intervenção, que é uma questão que não é para a Câmara Municipal resolver a Câmara Municipal
751 como todo mundo sabe não pode se sobrepor sobre uma legislação estadual ou federal, se já
752 existe a legislação que não permite construir ali ta certo que é falar em entidade pública, mas isso é
753 uma coisa que vai ser difícil de engolir, qual é a utilidade pública de aterrar aquilo ali para construir
754 ali naquela área que não tem necessidade nenhuma. Outra questão também é a seguinte a
755 Câmara Municipal vai propor uma lei que se isenta de qualquer problema que venha a ver com

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

756 inundações, então a legislação prevê que não se licencia em área sujeita a inundações e
757 desmoronamentos, então tão querendo criar uma legislação que isente o município e que permita
758 que alguém construa desde que ele assuma os riscos das inundações, isso é uma outra questão
759 que eu não entendi direito e queria explicações.

760 Sr. Roberto Cé - Eu vou voltar a reafirmar que nós não entendemos isso, nós vamos realmente
761 perder tempo. Quanto à remodelagem da orla junto ao Gasômetro ali, o projeto original do Cais do
762 Porto que se tem lá na biblioteca da SPH ele fazia essa curva, essa linha de armazéns que vinha
763 até aqui a antiga cadeia e isso não foi implementado, nós estamos, essa diretriz não é uma
764 obrigatoriedade é uma diretriz, que pode ser considerada essa hipótese que deverá ser também
765 estudada e demonstrada que ela não causará maiores problemas, através de riscos de impacto
766 ambiental. É enfim. fazer a continuidade do Cais do Porto. Nos parece por demais óbvia essa
767 diretriz, porque o Cais do Porto naquela esquina ali que é o local mais espetacular do ponto de vista
768 da paisagem da contemplação do pôr-do-sol, aquele calçadão do antigo Cais e ter continuidade e
769 chegue até a Usina e de prosseguimento, possibilidade de conectar com o resto do parque em
770 direção à região sul. Ma de novo é uma diretriz que deverá ser demonstrada claramente. A
771 questão da inundação não é a Câmara que está propondo, esse é um projeto de lei do executivo
772 que vai ser encaminhado à Câmara. E porque nos estamos propondo isso é uma ressalva para
773 que não ocorra, então o município fica protegido do ponto de vista legal de futuras inundações,
774 porque é óbvio que esse projeto vai ser implantado na área desprotegida, do lado de lá do muro.
775 Poderia ser essa, mas aí, nós teremos que nos entender preliminarmente, nós queremos revitalizar
776 o Cais Mauá, nós queremos preservar o patrimônio histórico, seria muito simples deixar ruir todos
777 os armazéns e não teria solução. Então preservem quem entrar no edital vai estar sabendo
778 previamente que olha eu vou ter que providenciar um grande seguro, porque eu vou construir,
779 investir numa área desprotegida.

780 Sr. Eduino Mattos- Eu tenho duas colocações rápidas para fazer uma para o Breno e outra para o
781 senhor Tutikian. Para o Breno é o seguinte à gente Breno que a orla toda tá vetada a questão de
782 moradia e indústria, pelo menos o COMAM veta isso aí né, todas as orlas não podem ter indústria e
783 nem moradia. É as duas coisas que mais poluem. Então isso não foi esclarecido, qual a atividade
784 que vão ter os prédios? E a outra colocação que eu tenho para fazer o senhor Tutikian não está aí
785 , mas seria uma ótima oportunidade dentro desse projeto atual é voltar àquela discussão que nós
786 temos em Porto Alegre, da questão dos barcos a linha de transporte coletivo ou boa qualidade
787 entre a área central e a zona sul para desafogar o tráfego, não é, quantas mil pessoas poderiam
788 deixar o carro em casa e vir com esses barcos. Por exemplo, o que tem na Argentina, aquilo polui o
789 mínimo e é um veículo de boa qualidade, quer dizer as pessoas poderiam preferir deixar o carro em
790 casa e vir com esse transporte coletivo fluvial, seria uma ótima oportunidade agora de botar isso na
791 roda. Essa é uma proposta. Obrigado.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

792 Sr. Roberto Cé - Até com relação à atividade industrial que consta no projeto de lei, tem uma
793 ressalva que é a critério do sistema, porque isso, porque a gente acha que vai ocorrer lá um evento
794 de alta tecnologia, de repente tem fábrica de chip ou fábrica de pequenos até questão de fabricação
795 de jóias, algumas coisas que possam equipar, mas que não sejam a tradicional fábrica poluidora,
796 pelo contrário, ela agrega o valor na questão do empreendimento, por isso que tem o critério do
797 sistema, não é qualquer indústria, até pode, mas ela tem uma restrição, mas também não
798 queremos deixar para uso simplesmente comercial e serviço, não, a miscigenação hoje pé um fator
799 importantíssimo para animação da cidade. A questão do conceito modernista que se fará e colocar
800 cada usam em seu setor e esse não vamos dizer assim não se comunicarem faz com que a cidade
801 tenha setores deprimidos como tem a própria política no centro de áreas urbanas, antigas, então
802 isso, mas nós temos que nos preocupar e uma animação isso ai é fundamental que haja pessoas
803 circulando, pessoas vivendo, pessoas comprando, pessoas com laser etc e tal. Que foi que
804 fundamental, então tem isso nas atividades aqui. Com relação aqui questão do COMAM realmente
805 é um problema, é um conflito de legislação, de área intensificado, áreas consolidadas, tem
806 aberturas jurídicas para isso é tudo uma questão de matéria de interpretação principalmente de um
807 setor que já ta consolidado como uma ocupação. Que a política nacional, inclusive, dos portos é de
808 entregar parte dos portos para revitalização e integrar eles à cidade, então uma das preocupações
809 fundamental é que esse projeto não tenha só o aspecto financeiro, mais sim qualidade protetual.
810 Se o projeto não tiver e vai passar por uma comissão naquela etapa licitatória de qualidade de
811 projeto. E ai a comissão, a população, algum mecanismo vai ter que ter para ter projeto de
812 qualidade, se não vai ser, vai ser simplesmente um investimento com retorno financeiro, mas sem
813 qualidade. E essa comissão ela fechou nesse aspecto, todos os conselhos também entenderam
814 dessa forma, então a próxima etapa feita à licitação vai ingressar nos diversos conselhos uma
815 proposta visual de projeto no aspecto financeiro, nos aspectos, vamos dizer assim de
816 acessibilidade e nesse momento nos vamos verificar inclusive o da questão que foi abordado, vai
817 ter a vinculação de transporte fluvial, pode ser que venha, se tiver viabilidade certamente vai vir. Na
818 questão lá da retificação da orla pode vir uma ponte, uma pencil, não vai haver nenhuma
819 edificação, não se sabe, mas tem essa potencialidade que vai ser analisada e seus impactos no
820 futuro, isso ta assegurado dentro dessas diretrizes.

821 Sr. Breno- Me oportuniza lembrar Roberto, o que agente deveria ter dito lá no início que esse
822 projeto de revitalização do Cais Mauá não significa uma vontade do nosso prefeito da secretaria do
823 planejamento ou da governadora do estado, é uma oportunidade do governo federal, esse é um
824 projeto de revitalização dos portos brasileiros. Agencia Nacional dos Transportes Aeroviários tem
825 de uns anos pra cá e aqui em Porto Alegre eles fizeram um plano diretor do Porto e destacaram o
826 cais Mauá para outro uso. Como ele é, ele tem esse valor histórico e do ponto de vista das
827 alterações portuárias ele deixou de ter valor, porque ele não representa a área retroportuária para

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

828 hoje movimentação de carga é através de container não mais a granel. O Cais Mauá vai entregar
829 para a cidade de Porto Alegre que é um patrimônio da cidade. Agora o que render nesse aluguel,
830 nessa concessão vai ser revestido no cais navegantes e nos Cais Marcílio Dias. Então o porto é o
831 Navegantes e daqui para frente eles vão cada vez mais investir lá. E tem um grande potencial por
832 conta do papel, enfim essa crise mundial atrasou um pouquinho, mas isso vai desencadear o
833 processo de desenvolvimento bastante importante. Então o cais Mauá está destacado a ser
834 incorporado à cidade. Essa é a razão e a oportunidade do que nos estamos colocando.

835 Sra. Magda - Eu só peço a palavra como foi mencionado pelo Dr. Edegar que a SMAM já tinha se
836 pronunciado uma época favorável ao aterramento e a retificação daquele dente ali junto à Usina do
837 Gasômetro. Nós colocamos, inclusive, nas diretrizes e no corpo do futuro termo de referência de
838 ser após avaliada a hidrodinâmica corrente e todos as prováveis interferências se fossem realmente
839 tudo provado positivo que pudesse haver uma continuidade natural que vem, sendo assoriado pelo
840 movimento das águas, ai sim seria de apagar essa possibilidade como factível, mas não o que a
841 priori tem já deixado firme que vá ser aterrado.

842 Sr. Roberto Cé - Não perder um ponto de vista, acho que todos já conhecem, mas da vinculação de
843 três grandes projetos que estão sendo desenvolvidos na cidade e o fator Copa do Mundo, que seria
844 a Arena do Grêmio, o Cais Mauá e o Internacional e a oportunidade de investimentos que venham
845 do governo federal, inclusive nessa questão toda de infra-estrutura esse empreendimento
846 provavelmente vai se beneficiar esta, vamos dizer assim, este evento Copa do Mundo, vai mudar o
847 perfil da cidade ao longo, nós teríamos da zona norte com o Grêmio, com o Cais Mauá mais o
848 Internacional uma modificação obviamente para melhor de toda esse orla do Guaíba dentro dos
849 projetos realmente viabilizando a intencionalidade da comunidade. Obrigado.

850 Sr. José Furtado- Agradecemos a apresentação, creio que muitas dúvidas e muitos
851 questionamentos serão feitos ao longo dessa trajetória e não vai faltar a oportunidade também da
852 possibilidade de novamente vir a se fazer uma apresentação o grupo do Dr. Tutikian, então não
853 vejo maiores problemas em dar seqüência na nossa pauta.

854 Sr. Fábio da Profil – Gostaria de dizer a todos que agora a gente vai fazer uma apresentação em
855 relação ao empreendimento Condomínio Residencial Belém Novo. Eu vou pedir para fazer essa
856 apresentação direto são poucos slides para ser rápida para depois a gente poder discutir o assunto.
857 Eu sou o arquiteto Fábio participou da equipe de licenciamento da parte do Terra Lima e estou
858 representando aqui o estúdio da Prodima Engenharia. Estão aqui a bióloga, Lisiane, e o engenheiro
859 Mauro, que tava aqui e acabou de sair, está aqui também presente o arquiteto do projeto Jorge De
860 Biagge. Um pequeno histórico rápido do processo. Em 2006, em sete de 2006 teve início do
861 processo, nesse período até outubro de 2007 foram concluídos todos tramites. Em 09 de outubro
862 de 2007 foi emitido o habite-se. Em 29 do onze de 2007, através do ofício, 029/2007 o COMAM
863 apontou pela suspensão da audiência pública que já estava agendada para o dia seis de doze de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

864 2007. Bom após a plenária de 29 do onze de 2007 então o parecer 1107 da câmara técnica foi
865 emitido. Em 4 de março de 2008 foi entregue ao parecer uma resposta, o parecer 1107
866 encaminhado pela empresa proponente do projeto, a Terra Ville Participações Ltda. Em dezembro
867 de 2008 foi realizada a audiência pública do Terra Lima e agora em março de 2009 teve então a
868 emissão do ofício 02/2009 encaminhado pela Terra Lima Ltda com novas considerações técnicas.
869 Em 28 de quatro de 2009 a empresa empreendedora contrapondo tecnicamente as observações.
870 Nesse período todo desde 29.11.2007 então o processo se encontra aqui no COMAM para
871 apreciação dos conselheiros. Primeiro o que é o empreendimento, localização, no bairro Belém
872 Novo, aqui tem o centro de Belém Novo, o aeroclube, o atual Terra Ville, a estrada pode passar, a
873 estrada da Ponta Grossa e aqui para a esquerda a Estrada Juca Batista. Essa é a área total da
874 gleba do empreendimento que são 260 hectares. Essa área, a área efetivamente empreendida é
875 essa em azul que são cerca de 52 hectares. Na ponta aqui está prevista uma área de oitenta e
876 quatro hectares da implantação de uma RPPN. E as área remanescentes são reservas técnicas e
877 que comportam 96 hectares em duas área. Esse é então o projeto do empreendimento em
878 ocupando toda aquela área azul do slide anterior e a parte superior aqui terá uma área rarefeita,
879 uma área de condomínios, é mais uma área de condomínios essa área rarefeita entre a Estrada da
880 ponta Grossa e Avenida Juca Batista. E nesta parte, então se conforma à área intensiva do Plano
881 Diretor já fica próxima ao centro de Belém Novo, contorna aquele pequeno centro, então é o
882 loteamento de área intensiva. Sobram ainda as duas áreas de reserva técnica, uma área reservada
883 para doação de área pública que é a área de RPPN. É importante frisar que já nesse desenho da
884 para notar que essas áreas em verde todas no meio são recursos hídricos e áreas de preservação
885 correspondentes. Bom, primeiro em consideração desse primeiro ofício 1107 emitido lá em 2007
886 que foi base para a suspensão daquela audiência pública. Algumas dúvidas em relação a isso
887 permanecem e então é importante clarear. Naquele parecer se manifestava que a empresa estava
888 requerendo licença para a implantação de condomínio residencial em área de 260 hectares no
889 bairro Belém Novo, região do balneário com características rurais. A região possui riquezas naturais
890 relevantes, grande potencial para o turismo. A área submetida para o condomínio tem potencial de
891 parque com espécies vegetais para o corte, área de banhado, animais silvestres típicos das regiões
892 de banhado, áreas de preservação permanente no Lago Guaíba. Esse é o texto do parecer com
893 considerações que apesar de conter crimes ambientais de grande relevância a área estava
894 bastante alterada pela histórica atividade agropecuária que ela desenvolve. O projeto contempla ao
895 mesmo tempo a manutenção de todas as áreas de preservação permanente e as áreas de mata
896 nativa hoje existente. E a condição mais relevante da área em termos ambientais já está destinada
897 já implantação de reserva de patrimônio natural e está fora da área empreendida, é aquela
898 condição na parte da orla. Bom, outra consideração do parecer é que a primeira, parte do
899 empreendimento aguarda decisão judicial para a regularização da escritura. Para o empreendedor

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

900 construir um parque na parte da área tem que estar regularizado e no restante da área como
901 reserva técnica. Todas as questões relativas à posse da propriedade já foram resolvidas, as áreas
902 remanescentes do projeto sim resultarão em reservas técnicas, são aquelas duas áreas uma de 83
903 e outra de 13 hectares. Terceira consideração era a respeito de que o empreendedor quando da
904 implantação do condomínio Terra Ville cometeu ilícitos ambientais que resultaram em penalizações
905 a serem cumpridas. Citava os ilícitos ambientais, alterações no Arroio Guabiroba, que vai
906 implantar área, conforme eu falei. Construção de mole no Lago Guaíba, construção de base de
907 concreto e guarita em área de preservação permanente em novamente em solução. A resposta
908 para isso é que ara que todas as pendências referentes ao empreendimento anterior que não tem
909 relação com o Condomínio Residencial atual já foram ajustadas pela incorporadora e pelo
910 Ministério Público, através de um termo de compromisso de ajustamento de conduta acertado no
911 ano de 2003. Em conformidade ao inquérito civil de 2002 que foi inclusive arquivado. Se lembrarem
912 os dados da época o termo de ajustamento de conduta do Ministério Público, Terra Ville
913 Participações, SMAM, ONG Guardiões do Guaíba, Departamento de Esgotos Pluviais, Procuradoria
914 Geral do Município, AGAPAM e secretaria do governo municipal na época. O termo de ajustamento
915 de conduta vem sendo integralmente cumprido pela incorporadora, inclusive cumprindo seus
916 prazos. A RPPN Reserva Particular do Patrimônio Natural será implantada quando for aprovada a
917 viabilidade do projeto Condomínios Residenciais Belém Novo, conforme o termo do TAC, conforme
918 ajustado no próprio TAC. Os moles executados estão em processo de licenciamento ambiental
919 independente, sob o expediente ali citado e esse expediente está em tramitação na SMAM. Em
920 relação à guarita em base de concreto, a guarita foi removida do local, conforme consta no inquérito
921 civil respectivo que foi arquivado e que pode ser visto nas fotos abaixo. Então a foto antiga da
922 guarita e a foto da situação atual. Bom, a última consideração era relativa ao EIARIMA, a SMAM
923 solicitou a EIARIMA para toda a gleba do empreendimento, o laudo de vegetação e estudo de
924 fauna não contempla as áreas reservadas técnica, RPPN e área de preserva permanente essa a
925 análise empreendimento sob essas áreas. Bom o IEARIMA seguiu na íntegra as orientações do
926 termo de referência 007/2006 para a realização, para sua realização. Tanto que recebeu o aceite
927 da própria SMAM em outubro de 2007. Sim da área de 260 hectares é um empreendimento que
928 ocupa apenas 152,7 hectares. Foram realizados mapeamentos de vegetação arbóreas da fauna na
929 área a ser ocupado pelo empreendimento, quesito do item de quatro ponto um do termo de
930 referência. Agora em relação ao ofício 002/2009 esse que tem considerações técnicas emitido
931 agora recentemente. A solução é a nossa contraposição técnica, a solução urbanística é resultante
932 do desenho das áreas a serem preservadas considerando essas áreas como paisagismo natural do
933 empreendimento. O projeto foi lançado sob o levantamento de restrições ambientais e conflitou,
934 área úmida, áreas de preservação permanente, manchas de vegetação, interesse para preservação
935 e restrições urbanísticas. Somente as áreas com cotas mais altas foram projetadas para ocupação,

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

936 não foram projetadas para ocupação áreas receptíveis à inundação Quanto à cobertura vegetal
937 original do terreno, no âmbito do EIARIMA foi apurado que grande parte dela é preservada,
938 conforme o quadro apresentado. Nesses percentuais a área preservada supera 55 por cento do
939 total das áreas de vegetação hoje existente, então a gente pode ver que a área de manancial que
940 tem uma área total de 437 mil metros quadrados, ou 43 hectares, desse total 51 por cento é
941 mantido. A mata de eucaliptos 77 por cento é eucalipto, a mata nativa 98,95 por cento e a mata
942 que está em estado inicial de degeneração 52 por cento praticamente. No total, então, de
943 vegetação existente a ser preservada de 55,82 por cento o que é possível, inclusive, de enquadrar
944 no decreto de compensação vegetal quando apresenta corte inferior a 50 por cento da área total.
945 Em relação aos impactos sobre as áreas de reserva técnica. O impacto da fauna característica do
946 local de uma forma geral terá pouca significância, pois a área de reserva técnica permanecerá
947 isolada das demais áreas ligadas diretamente ao empreendimento. A área de reserva técnica não
948 receberá nenhuma intervenção e a perspecção de eventuais impactos não identificados no
949 EIARIMA passa pela necessidade de monitoramentos ambientais a serem aplicados ao
950 empreendimento. Então a questão é, vai existir um monitoramento para essas áreas. Em relação
951 aos impactos sobre as áreas alagáveis, então, no interior dos quarteirões projetados todas as áreas
952 alagáveis foram mantidas com preocupação de manutenção de sua coletividade. Aqui está
953 ampliada a área rarefeita um, em azul os canais existentes, em verde escuro, as suas respectivas
954 áreas de preservação e sua conexão conforme está apresentada. Aqui a gente tem embaixo a
955 Estrada da Ponta Grossa e aqui a avenida Juca Batista. Em relação, ainda, aos impactos sobre as
956 áreas alagáveis, no nosso diagnóstico de fauna, essa área específica que foi citada no parecer
957 002/2009 da saracura carijó é um a ave que vive na proximidade de banhados isso está apontado
958 no estudo. Ela não está incluída entre as aves ameaçadas no Rio Grande do Sul, ela é considerada
959 uma espécie incomum no estado. Na área do empreendimento a espécie foi observada somente na
960 área úmida e encontrada junto à mata de restinga, essa mata de restinga que não terá intervenção.
961 É essa a apresentação basicamente.

962 Sra. Simone- Então conselheiros nós vamos fazer a apresentação seguida agora da conselheira
963 Rosane e as perguntas vão ser respondidas em blocos. Pode ser?

964 Sra. Rosane Zottis - Sou Rosane, então, do gabinete do prefeito e sou presidente da CAUGE que
965 é uma Comissão formada com 12 secretarias na qual tramitam esses expedientes. E esse
966 expediente do Condomínio Belém passou por nós ha bastante tempo e não retornou mais. Então
967 agora eu tive a oportunidade de encontrá-lo aqui nesse conselho, então, vamos verificar em que
968 situação ele está. Eu achei importante vir na seqüência do empreendedor para colocar na ótica do
969 município como é que está a situação. Bem então fiz um breve relato dos trâmites administrativos.
970 Em junho de 2005 A CAUGE emitiu diretrizes urbanísticas indicando a elaboração de um EIARIMA.
971 Em 20 de julho de 2006 a CAUGE aprovou um termo de referência na elaboração do EIARIMA Em

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

972 10 de outubro de 2006 o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental aprovou este termo de
973 referência TR número sete de 2006, o prefeito homologou e o termo de referência foi entregue ao
974 empreendedor. Em março de 2007 a Profil entrega do estudo de impacto ambiental aqui na SMAM.
975 E a SMAM como sempre faz encaminha a todos os órgãos do município para sua análise. Bem, em
976 13 de abril de 2007 surgiram, após as análises feitas pelo município os primeiros pedidos de
977 complementações. Em agosto a setembro de 2007 são entregues essas complementações por
978 parte da empresa. Todos os órgãos do município envolvidos então dentro da CAUGE analisaram as
979 complementações dentro da CAUGE e em outubro de 2007 foi dado o aceite do EIARIMA pelo
980 município e marcada, então, a audiência pública para 6 de dezembro de 2007. Bem, na sequência,
981 em 30 de setembro surgiu então, um ofício, ofício 29 de 2007 do COMAM que solicitou, então, a
982 suspensão da audiência pública. Justificado, então o parecer da câmara técnica de áreas naturais,
983 então, o que dizia basicamente esse parecer, solicitava a suspensão da audiência pública. O
984 empreendedor requer licença para a implantação de um condomínio residencial com área de 270
985 hectares no bairro Belém Novo, região com características rurais, riquezas naturais relevantes e
986 potencial para parque. Parte da área aguarda decisão judicial o uso capeão para a regularização da
987 escritura o empreendedor propôs para pagar na área regularizada ficando o restante como reserva
988 técnica. No ano da implantação do empreendimento Terra Ville o empreendedor cometeu danos
989 ambientais. A SMAM solicitou o EIARIMA para a totalidade da gleba. E o laudo de vegetação e
990 estudo de fauna não contempla as áreas de reserva técnica RPPN e área de preservação
991 permanente que o estudo deve contemplar a todos, então, em síntese foram esses os argumentos
992 para a suspensão da audiência pública marcada. Bom a SMAM então na ocasião acolheu o pedido
993 e cancelou a audiência pública. Em 29 de setembro de 2007, consta nos autos, a Profil atendeu uma
994 solicitação referente ao enquadramento do empreendimento em relação ao bioma Mata Atlântica,
995 foi feita essa solicitação para a empresa que fez estudo complementar e apresentou para SMAM
996 com a conclusão de que não há existência deste zoneamento naquele local. Em 12 de fevereiro de
997 2008 o empreendedor responde ao ofício de 29 de 2007, que é aquele anteriormente citado ao
998 COMAM. E dezembro de 2008, então, mas recentemente foi marcada uma audiência pública que
999 veio a ocorrer com a presença de 120 pessoas. Bem, em 23 de dezembro de 2008 ocorreu na
1000 sequência então da audiência pública uma reunião do Fórum de Planejamento daquele local. E a
1001 comunidade da região solicitou, então, as seguintes contrapartidas ao empreendimento. Solicitaram
1002 uma creche, moradia para quatorze famílias da Comunidade Nossa Senhora de Belém na região, o
1003 projeto urbanístico para regularização do loteamento Parque Albion, contribuição nas obras de
1004 macro drenagem, o Loteamento Parque Albion, é um loteamento clandestino que temos ali na
1005 Estrada Retiro da Ponta Grossa, que há muito tempo ele tenta se regularizar tem vários
1006 arruamentos que se tem ali e a população tem dificuldade na contratação de um responsável
1007 técnico e ela entende que talvez isso possa vir como uma forma de medida compensatória de um

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1008 empreendimento da região. Ela entendeu que esse entendimento talvez pudesse auxiliar nessa
1009 medida, então apontou essa possibilidade. Domínio público da orla do Guaíba, eles entendem que
1010 precisam chegar à orla, coisa que todos nós pensamos dessa forma e recuperação da Orla do
1011 Veludo, junto com a Cooperativa dos Pescadores e Associação do Projeto Acredite, qualificando
1012 status para ações de geração de renda, cultura, esporte e lazer e recuperação do trapiche. Todos
1013 esses itens, então, eles constam dentro de uma ata, nos autos do processo e a própria
1014 representante da região Oito de planejamento, a conselheira, Deonide, que faz parte também do
1015 Conselho do Plano Diretor reforçou isso para mim pessoalmente, quando é que essas medidas, se
1016 elas iriam ser realmente adotadas ou não como é que estava a situação do empreendimento. Bem,
1017 ainda, então, em 12 de março de 2009 o COMAM, então agora, recentemente encaminha um
1018 ofício, ofício nº 02 de 2009 ao empreendedor ressaltando as solicitações da câmara técnica de
1019 áreas naturais aquelas já listadas. Complementação do EIARIMA incluindo a área destinada a
1020 reserva técnica RTPN e ATP. E em 28 de abril, agora, o empreendedor encaminha um ofício a
1021 SMAM respondendo aos questionamentos listados no parecer de 02 de 2009 do COMAM e
1022 solicitando retorno ao processo de licenciamento ambiental. Bom, isso seria o histórico até então.
1023 Vamos agora há algumas considerações. O que fizemos, então, buscamos aquele documento, que
1024 foi um documento base, que provocou a suspensão da audiência pública para agente analisar os
1025 itens, para ver o que ainda está pendente. Temos ali então que o empreendedor requer licença
1026 para a implantação de um condomínio residencial com área de 260,81 hectares, no bairro Belém
1027 Novo, região com características rurais, riquezas naturais relevantes e potencial de parque. Então o
1028 que nos preocupamos de verificar, realmente o que tá colocado aqui, é uma região que ainda tem
1029 algumas características rurais, com riquezas naturais relevantes, porém vamos ver o que o Plano
1030 Diretor prevê para aquele local. Ai então nós temos aqui um mapa que eu busquei da apresentação
1031 da Perfil que diz exatamente o que o Plano diz, o plano diz o seguinte; nós temos aqui dois tipos de
1032 zoneamento rarefeito e intensivo junto à região de Belém Novo, ao núcleo de Belém Novo nós
1033 temos ali um zoneamento intensivo e pra esse outro local para onde está sendo previsto os
1034 condomínios nós estamos áreas rarefeitas de desenvolvimento diversificado na qual está sendo
1035 proposta a implantação de dois condomínios residenciais com área de dois mil metros quadrados.
1036 E aqui está sendo proposto um loteamento, um loteamento que faz ligação com aquele núcleo de
1037 Belém Novo. Então na verdade assim o Plano Diretor ele permite, permite a ocupação não há
1038 nenhum gravante parque natural sobre esse local. Existe um fim à caracterização de um área
1039 rarefeita numa parte da gleba e na ligação com Belém Novo uma parte intensiva que interessa
1040 completar ali aquele loteamento de forma intensiva. Essa proposta ela previu uma outra ligação
1041 viária de chegada a esse núcleo de Belém Novo, uma via alternativa a que temos hoje a Av. Juca
1042 Batista. Houve realmente um destaque naquela região, naquela área onde eles chamaram de
1043 reserva técnica que não está fazendo parte do projeto nesse momento. Esse núcleo intensivo, por

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1044 exigência da lei, ele tem toda uma destinação pública na ordem de 55 mil metros quadrados para
1045 equipamentos comunitários mais todos o total de arruamentos exigidos por lei. Bem outra
1046 consideração, parte da área aguarda decisão judicial, uso capeão, para a regularização da
1047 escritura. O empreendedor propôs trabalhar na área regularizada, ficando o restante como reserva
1048 técnica. Então o que nós constatamos. O EIARIMA contemplou a área objeto do empreendimento
1049 com a anuência dos órgãos técnicos. O EIARIMA é avaliado com base em uma proposta de
1050 ocupação para o local, não há proposta de ocupação para a área de reserva técnica. Será
1051 constituído em um único lote para posterior projeto e na ocasião depois um estudo ambiental
1052 específico para aquele local. E a área dessa reserva técnica além de quase divididas do restante do
1053 empreendimento, através de uma via projetada. Bom quando da implantação do empreendimento
1054 Terra Ville o empreendedor cometeu danos ambientais, realmente é verdade e nós constatamos
1055 que existe um termo de ajustamento de conduta como já foi apresentado aqui em meados de 2003
1056 no inquérito civil arquivado e uma proposta de parte do empreendedor acordado com o Ministério
1057 Público de um gavante LTPN, quando da aprovação desse projeto. Então entendemos que essa
1058 questão legal já está bem acordada junto ao Ministério Público. Bem, mas os demais itens que são
1059 apontados pelo parecer do COMAM. A SMAM solicitou o EIARIMA para a totalidade da gleba o
1060 laudo de vegetação e estudo de fauna não contempla as áreas de reserva técnica RTPN e área de
1061 preservação permanente, devendo o estudo contempla s todos. Bem realmente cabe dizer que na
1062 inicial a proposta englobava a totalidade da gleba, eles tinham uma idéia de ocupar o todo e depois
1063 desistiram e possível, a lei permite, então anteriormente eles modificaram a proposta e da mesma
1064 forma então o município passou a avaliar o termo de referência e tem que se restringir à área
1065 ocupada. Nos estudo ambiental eles avaliam os impactos decorrentes de uma proposta de
1066 ocupação e essa área denominada reserva técnica, atualmente, ela não apresenta qualquer
1067 proposta de ocupação, então não há impactos a serem gerados naquele local, porque não haverá
1068 uma ocupação, poderá haver sim e a gente terá que estudar detalhadamente o que tiver que ser
1069 proposto para lá. A reserva técnica se constituirá em um único lote que poderá no futuro ser objeto
1070 de outro empreendimento com seu devido estudo de impacto e realmente nessa proposta como
1071 nós vimos ali na imagem anterior, há uma via projetada que vai seccionar a parte que fica de
1072 reserva do restante, onde ocorrerá o empreendimento. Bem agora a proposta
1073 que a gente entende então que esse conselho deveria de encaminhar, já que o assunto se estende
1074 aqui há tanto tempo. Nós entendemos que todos aqueles itens eles estão de uma certa forma
1075 respondidos. A nossa proposta ao COMAM o aceite o EIARIMA e da respectiva audiência pública
1076 realizada, considerando que todos os órgãos do município aceitarem esse estudo formalmente.
1077 Essa audiência pública foi marcada e depois ela ocorreu e veio a ocorrer uma segunda audiência.
1078 O retorno da posposta aos seguintes tramites administrativos, bem primeiro que ela retorne à
1079 CAUGE para o ajuste de viabilidade e sua devida aprovação, que até então nós não temos um

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1080 estudo de viabilidade, nós temos uma intenção não é que foi apresentada em uma audiência
1081 pública, foi aceita pela comunidade levantaram-se contrapartidas e , mas a gente não está
1082 conseguindo avançar no processo . Não existe um estudo de viabilidade fechado para que seja
1083 aprovado, então a proposta que continue com retorno para a CAUGE. Que o estudo possa ser
1084 aprovado pelo conselho municipal de desenvolvimento urbano e ambiental, possa haver
1085 homologação do prefeito e a assinatura do termo de compromisso com definição das medidas
1086 compensatórias, das quais a gente pode trabalhar a partir daquela proposta, que a própria
1087 comunidade, da região impactada por esse empreendimento entendeu por listar, a emissão das
1088 licenças ambientais e a aprovação, finalmente, dos projetos urbanísticos e complementar. Bem eu
1089 acredito então que dessa forma a gente conseguiu dar uma explicação aos conselheiros de como
1090 encontra-se essa situação desse projeto e fica aqui então novamente a nossa proposta do
1091 município para que isso retorne para tramitação administrativa. Obrigado.

1092 Sr. Norberto Ayup - Uma única dúvida. Vegetação alóctone. Atotola são as matas nativas,
1093 alóctone, por exemplo, são eucaliptos, gostaria de destacar.

1094 Sra. Lisiane da Profill- As formações vegetais que agente tem ali. Nós tínhamos matas nativas,
1095 classificadas ali em autóctone e as vegetações implantadas que são matas de eucaliptos que a
1096 gente tem na área. Florestas de eucaliptos, sim, o outro tipo de vegetação que a gente tem ali é
1097 também uma área de campo e de maricasal.

1098 Sr. Christiano Ribeiro - Um comentário a ser feito, todo esse embrólio procedimental aconteceu da
1099 maneira como esse processo foi conduzido. Na realidade ouviu-se o CMDU e se levou ao prefeito e
1100 não se ouviu esse conselho aqui. Na hora de fazer as diretrizes. Se isso tivesse sido observado de
1101 maneira adequada. Se o Conselho Municipal do Meio Ambiente fosse ouvido, talvez isso tudo que
1102 está acontecendo, alegado como motivo negativo, um processo instável, não tivesse acontecido.

1103 Sra. Fernanda Zimermann- queria fazer algumas considerações. Ficou bem claro na apresentação
1104 que a RPPN é uma compensação que está no TAC do Terra Ville, então, a questão que eu gostaria
1105 de colocar é onde está a compensação nesse empreendimento, qual vai ser a área de
1106 contrapartida e onde estariam os vinte por cento de reserva legal previsto em área urbana que
1107 deveria estar nesse empreendimento, já que tem uma possibilidade da reserva técnica, como
1108 também ficou claro que é um futuro empreendimento. Outra questão que eu gostaria de colocar é
1109 com relação ao parecer da câmara técnica foram solicitados com orientações do EIA com relação à
1110 área de reserva técnica. Não com a possibilidade da construção, mas com a possibilidade da
1111 construção na área que está prevista o pedido de licenciamento sobre a área de reserva técnica,
1112 considerado que ficou muito claro que ela vai ficar, se tornar uma área isolada, inclusive, por uma
1113 via, que tipo de mitigação vai ter com relação ao impacto originados com relação à fauna, por
1114 exemplo, o atropelamento de fauna de banhado, que possível impacto pode ter, foi nesse sentido
1115 que foi pedido as complementações em 2007. E principalmente em relação à área de compensação

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1116 desse empreendimento, qual vai ser contrapartida, já que existe a possibilidade da área de reserva
1117 técnica vir num futuro processo de licenciamento a ter uma construção que possa ser totalmente
1118 ocupada o que vai sobrar dessa região?

1119 Sr. Gilson Tesch - Eu quero colocar então. Eu quero colocar da seguinte maneira, em primeiro
1120 lugar quero colocar pela apresentação da CAUGE que passou pelo conselho, o TR não passou
1121 pelo COMAM, não passou pelo COMAM que faz parte do conselho desde aquela época que me
1122 apresenta as atas para conferir. TR Terra Ville não passou pelo COMAM. Quanto às considerações
1123 a Fernanda colocou, mais basicamente o que eu falaria também, eu quero ler aqui exatamente o
1124 que foi colocado, considerando que a área onde se pretende instalar o Condomínio está subdividida
1125 em duas como foi mostrado no mapa ali, uma área que vai ser construída agora e outra não, área
1126 de empreendimento e reserva técnica possui características muito semelhantes de solo,
1127 vegetação, hidrologia e fauna, essa é a preocupação da câmara técnica se as duas áreas são
1128 iguais quaisquer interferências em uma delas vai afetar a outra, então entende-se que as duas
1129 áreas tomam-se um sistema interligado, onde a alteração em uma delas certamente causaria
1130 problema à área limítrofe. Baseado nisso solicitamos que os estudos de impacto ambiental sejam
1131 mais aprofundados na questão de apontar as conseqüências que sofrerá a área de reserva técnica
1132 por ocasião das obras de instalação, operação do condomínio, sítio terraplanagem do condomínio
1133 que será licenciado, ele provavelmente vai afetar a área que não vai ser construída agora, mas ele
1134 vai trazer problemas ambientais, então essa é a preocupação da câmara técnica que estuda quais
1135 são os problemas e quais são as medidas que vão mitigar essa interferência. Coloquei instalação,
1136 terraplanagem aterro, corte de vegetação e deslocamento de fauna, é lógico que vão cortar e
1137 derrubar a vegetação, deslocamento de aterro. Isso vai fazer com que a fauna se movimente e ela
1138 vai procurar aquela área. Tem que ver o que vai acontecer, esse movimento pode aumentar o fluxo
1139 de água nessa área de reserva técnica ou diminuir, isso que é a preocupação da câmara técnica,
1140 não é que vão construir agora, não é o impacto da construção naquela área, e sim o impacto ali
1141 próximo, é ela que vai causar dano na área que a gente tá citando. A área dita reserva técnica
1142 possui sua biota adaptada às oscilações de água do Lago Guaíba e lençol freático, onde o
1143 processo de mitificação de espécies, processos produtivos, em áreas úmidas que são
1144 responsáveis pela produção de alimentos para invertebrados e algas, importante a cadeia própria
1145 de local, são grandes responsáveis pela biodiversidade local. A alteração desse regime hídrico
1146 causando secas ou aumento da inundação da área podem causar algumas alterações na cadeia
1147 produtiva e na biodiversidade local, que é o caso da saracura carijó. É uma preocupação, porque
1148 como foi apontado aqui pelo representante da Profil, só a encontraram na área dos lagos, mas com
1149 movimentação de veículos elas vão circular por toda a área, é essa a preocupação. Então tem que
1150 ter um estudo prevendo isso. A gente cobrou, se a SMAM não cobrou, o COMAM é um órgão, volto
1151 a dizer, ele é isento da SMAM, a SMAM decide uma coisa, mas o COMAM é autônomo, ele decide

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1152 outra, ele é construtivo e deliberativo. Se o COMAM optou por complementações a SMAM tem que
1153 acatar, foi decidido em plenária, foi votado, então a SMAM tem que acatar e não pode aceitar que a
1154 empreendedora apresente termos e desculpas ao que ta sendo proposto, acho que tem que ser
1155 cumprido, foi uma deliberação para esse conselho, se não teria necessidade de um conselho, então
1156 acho que tem que ser cumprido, foi deliberado, não tem discussão tem que ser cumprido, faz parte.
1157 Então é basicamente isso cabe necessária a as complementações, não adianta querer voltar
1158 esquecer e fazer vistas grossas, mesmo que o empreendedor não construa nessa área
1159 construção na área que será licenciada vai trazer interferência na outra área como foi bem
1160 explicado aqui, por causa da semelhança, então o estudo tem que apontar isso, é isso.

1161 Sr. Paulo Fialho - Eu só gostaria de esclarecer duas coisinhas em relação a SMAM. Primeiro, por
1162 que os TR's não vem para o COMAM, por que não existe previsão legal? Que é uma coisa que
1163 deveria ter, nem que seja através de uma resolução, de uma coisa legal. Existe, certo, então ele
1164 tem que ser homologado, por um decreto municipal, que agora não me recordo o número, que são
1165 tantos, mas esse em relação ao COMAM infelizmente eu não lembro. Nenhuma legislação que
1166 assim determine por escrito que a SMAM não envia a não ser quando o COMAM solicita o
1167 processo para vistas, antes da emissão do TR, essa é a razão porque não passa pelo COMAM eu
1168 acho que isso precisa ser esclarecido para não haver essa questão que a SMAM estaria
1169 sonegando informações ao COMAM que não é a nossa idéia. Em relação a que o Gilson acabou de
1170 colocar, acho que era isso, mas não deliberou nada ainda. Se você pegarem a ata da audiência
1171 pública realizada naquela época e deliberada pelo presidente do COMAM, o secretário Miguel
1172 Wedy. Por isso que a audiência aconteceu, foi esclarecido e eu me lembro perfeitamente que fui eu
1173 que coloquei na audiência de que as questões que o COMAM colocava deveriam ser respondidas
1174 pela distribuição da licença prévia. Era só isso que eu queria esclarecer. Para ficar bem claro para
1175 os conselheiros aqui. Eu não quero Intervir em nenhuma decisão aqui. Que eu não sou o
1176 representante fiscal da SMAM, mas eu acho interessante deixar claro os procedimentos da SMAM
1177 para não deixar dúvidas para os conselheiros. Muito obrigado.

1178 Sra. Lsiane da Profill - Eu vou responder essa pergunta e alguns esclarecimentos para o resto dos
1179 representantes. O Fábio apresentou ali uma tabela bem clara, quando a Fernanda fala em 20 por
1180 cento, a gente colocou ali 55 por cento preservado, então ali, não, da área empreendida a gente
1181 tem 55 por cento de área preservada. Quanto às questões de fauna o estudo prevê planos de
1182 monitoramento, tanto das áreas que serão preservadas com vegetação e para o plano de
1183 monitoramento da fauna ali, isso está previsto dentro do estudo. Agora quando os estudos voltarem
1184 de sua tramitação, voltarem ao a CLA e voltarem ao CAM todos esses programas certamente a
1185 CLA vai exigir dentro de um licenciamento, vai ser colocado, apesar de já estarem dentro,
1186 contemplado dentro do estudo. Quanto a existência da rua, já existe a entrada da Ponta Grossa,
1187 até na projeção ela apareceu, ela já existe, então, assim, não vai abrir nenhuma estrada no meio

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1188 daquela área de reserva técnica, aquela área já existe e a área empreendida vai ser em direção à
1189 Av. Juca Batista.

1190 Sr. Eduino Mattos - da ONG Solidariedade: Eu tenho uma curiosidade de saber por que não foi
1191 apresentado ali uma proposta que foi debatida é sobre a APP e RPPN ali naquela orla o divisor de
1192 águas ali seria uma pista ligando a Ponta Grossa ao Belém Novo, pelo que eu entendi do projeto. E
1193 essa pista teria ligação subterrânea para fauna terrestre, ficou entendido para a proteção da TP. A
1194 ligação subterrânea por baixo da pista entre a RPPN e APP. E eu não vi na apresentação, então
1195 mudou o projeto? Teria um corredor de fauna em toda a extensão, pelo que eu conheço da
1196 discussão é essa e eu não vi na apresentação, então eu gostaria de saber de uma resposta, se isso
1197 ta previsto ou se foi sonogado do projeto?

1198 Sra. Lisiane da Profill - No projeto não existe passagem subterrânea de fauna, o que existe hoje ali
1199 atravessando da avenida Juca Batista até lá é o Arroio Guabiroba que foi retificado e os canais
1200 existentes hoje que existem lá vão ser mantidos, então esses canais funcionarão como corredores
1201 de fauna, porque eles são naturais, existem e vão ser preservados. Não existe passagem
1202 subterrânea, vai se utilizar o que existe hoje. As áreas de preservação que vão ser preservadas,
1203 que não vão sofrer intervenções.

1204 Sr. Eduino Mattos - Espera um pouquinho, tem uma questão, ta se falando aqui de área de uso
1205 comum do povo que é a orla do Rio Guaíba e essa área deve ser de uso comum mesmo não pode
1206 abnegada a RPPN. E esse divisor seria como uma pista entre e Ponta Grossa e Belém Novo.

1207 Sr. Fábio da Profill - A área da orla. Toda faixa da orla, se não me engano são 300 metros e estará
1208 reservada para a implantação de uma RPPN, não quer dizer a população não vai ter acesso a essa
1209 área. O plano de manejo de conservação, que é um parque natura, vai determinar de que maneira
1210 a população vai acessar. Assim há interesse, inclusive, que seja permitido o acesso das pessoas à
1211 orla.

1212 Sr. Eduino Mattos - Isso tem que ficar bem claro, o que eu defendo como conselheiro é que o
1213 acesso ao rio é irrestrito à população e isso tem que ta no projeto bem claro. Eu participei da
1214 audiência pública do Terra Ville e o que foi feito ali aquele gradio que tem ali não aquele gradio que
1215 tem ali não o muro fechado com cerca elétrica em cima eu ajudei a defender na no Belém Novo o
1216 que aconteceu depois, fizeram o gradio, mas botaram um talude de terra do lado de dentro para
1217 ninguém enxergar o condomínio. Então esse tipo de coisa a gente ta acostumado a ver e depois se
1218 muda, então isso ai fica bem claro, não é bem assim, tem que ficar bem claro.

1219 Sra. Lisiane da Profill - A questão da criação de uma RPPM quem determina é o empreendedor. O
1220 Ministério Público já solicitou isso. Para se criar uma RPPN vão ter que ser encaminhado estudos
1221 ao IBAMA, o IBAMA quem vai aprovar ou não, vai exigir todos os estudos necessários para que se
1222 criar essa RPPM. Isso tudo depende da análise do IBAMA do tipo de reserva que vai ser.
1223 Exatamente. Que assim o IBAMA tivesse o entendimento.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1224 Sr. Christiano Ribeiro - Questão de ordem aqui, apenas para dar consecução e de certa forma
1225 aproveitar o gancho que foi feito a partir da manifestação da funcionária da SMAM que estava
1226 diretamente envolvida, acho que esse conselho aqui, mais do que nunca tem que fazer uma
1227 proposta de modificação desse decreto que regulariza o procedimento de licença ambiental,
1228 inclusive, para colocar a SMAM a se manifestar sobre o termo de referência antes dele ir pro
1229 prefeito, porque segundo o item apresentado pela conselheira Rosane Zottis, do Gabinete, depois
1230 que as diretrizes são aprovadas pelo prefeito que é a última instância dentro do município que vão
1231 para a SMAM. Ai vão para a SMAM e ai o processo não vai para a SMAM? Bom, mais então se a
1232 SMAM participa foi o que eu vi na apresentação. Se a SMAM participa o COMAM também tem que
1233 participar, porque se não acontece o que está acontecendo agora de dizer que o COMAM de certa
1234 forma ta com o processo e assim por diante, o que ta tendo que ir a reboque depois que tudo
1235 aconteceu, infelizmente. Isso é um problema do processo administrativo dentro da prefeitura e com
1236 todo o respeito à morosidade não deve ser atribuída ao conselho por conta do que ta acontecendo.

1237 Sra. Rosane Zottis - Posso explicar, então na verdade assim acho que os conselheiros têm razão.
1238 O conselheiro Christiano tem razão quando diz e o colega Paulo também ele esclareceu que
1239 realmente não, o conselho do Plano Diretor ta previsto a tramitação dos expedientes passarem por
1240 lá para o Plano Diretor isso, essa previsão, talvez a legislação do COMAM deve ser alterada de
1241 modo que passe pelo COMAM lá na etapa inicial, porque quando um empreendimento pede
1242 diretrizes a CAUGE, participam doze secretarias com elas certamente a SMAM e essa diretrizes
1243 são feitas por todas essas secretarias, inclusive pela SMAM e a s diretrizes prontas, efetuadas elas
1244 passam ai sim pelo prefeito que homologa. Nesse momento também passa pelo conselho do Plano
1245 Diretor, porque a legislação exige que passe pelo conselho, os conselheiros fazem contribuições
1246 que agente agrega no termo de referência. O conselheiro Idôneo faz parte do conselho diretor e
1247 sabe como isso funciona. O conselheiro aqui também está no Conselho do Plano Diretor conhece
1248 esse tipo de procedimento que está na legislação, por isso que ele passa por lá. Quanto ao
1249 COMAM realmente não está quando o COMAM puxa um processo para cá, foi o que aconteceu.
1250 Nesse exemplo ocorreu todo o termo de referencia, o estudo ambiental foi feito, o município
1251 oficialmente deu por aceite a proposta, não é, tanto é que fez a audiência pública, não é, recebeu e
1252 nós estamos numa definição agora de ajuste do estudo de viabilidade, ou seja ao projeto deve que
1253 retornar para a CAUGE, o diretor vai ser chamado vão ser feitas todas as solicitações necessárias
1254 para o ajuste de esse projeto posterior aprovação e a definição das medidas compensatórias, a
1255 conselheira perguntou pelas medidas compensatórias, foram muitos os e compensatórias dentro do
1256 estudo. E na própria reunião com a comunidade que eu visitei ali na apresentação foram apontadas
1257 várias daquelas medidas e realmente daquelas ali a gente vai tentar contribuir não é contemplar o
1258 maior número possível é essa a idéia, não é, ajustar que aquela população ali precisa disso. Então
1259 é até um motivo maior nós entendemos pela retomada desse processo, pelo retorno dele para os

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1260 trâmites administrativos, quanto à necessidade da complementação, realmente, como que a gente
1261 entende aquela situação ali, aquela área ali poderia ser fracionada do todo, poderia ser fracionada
1262 do todo, a legislação permite que aquela reserva técnica ali, é mesmo que aquela área pertencesse
1263 a outro proprietário, haveria alguma influencia, algum impacto? Certamente que causaria, uma área
1264 rural que tem nenhuma habitação é uma coisa uma hora que existe uma intervenção existe o
1265 impacto no entorno. É o mesmo impacto que ia causar outro sempre pode causar o impacto, agora
1266 o que a gente quer e de se fazer um estudo ambiental, quando concretamente sabe-se que vai
1267 haverá ali uma intervenção, então a gente faz um estudo de impacto, contemplado aquela
1268 intervenção que vai se feito o que aquela intervenção está provocando naquele local. O que
1269 entendemos é o que vai ter o impacto, certamente vai, como vai ter um impacto na vizinhança
1270 também. Também, vai haver esse impacto. Mas é algo que pra nós é preferível nesse momento.
1271 Nesse momento o que se entende é pela continuidade do tramite.

1272 Sra. Magda Satt Airioli - Eu só gostaria de colocar um encaminhamento e uma outra
1273 colocação que nós devamos como conselheiros do COMAM, um conselho extremamente
1274 importante, vital, que nós façamos, nós propusemos a fazer resoluções propositivas e a
1275 primeira delas seria que deva ter sim o termo de referência seja passados aqui sejam
1276 avaliados, as complementações, as manifestações, as considerações como o conselheiro
1277 Eduíno faz no conselho do Plano Diretor pelas regiões de planejamento do Plano Diretor.
1278 Também para que o termo de referência seja então extremamente digeridos para que
1279 assim se possa dizer. E a outra proposição de encaminhamento é que esse processo de
1280 tramite todo com todos as considerações que foram esclarecidas volte à coordenação do
1281 licenciamento, a CAUGE para que se faça os ajustes urbanísticos, o roll de todas as
1282 mitigações possíveis compensações que foram externadas, inclusive no fórum de
1283 planejamento e ver o que realmente é possível nisso tudo e que a minuta da licença prévia,
1284 onde a minuta contempla todos os planos futuros de monitoramento, todas as situações
1285 que vão ser executadas ali passe no âmbito do COMAM para que seja então nesse
1286 momento avaliado no COMAM desde que aceitem os planos de monitoramento de fauna,
1287 os recuos, os corredores, então que sejam avaliadas essas dúvidas que ainda não foram
1288 esclarecidas, que devem ser de etapas de licença prévia, mas antes de formalizar essa
1289 licença prévia seja discutida aqui, esta é a proposição do CRBIO3.

1290 Sr. José Furtado - Eu gostaria de fazer uma colocação mais especificamente em cima do
1291 horário e do quorum. Tem a proposição a apresentação e mais uma ou duas colocações e
1292 passar para uma votação da proposição. Ta ok?

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1293 Sr. Vieira do CMS - Bom, boa tarde, eu sou Viera e represento o Conselho Municipal de Saúde e do
1294 Meio Ambiente. Uma das coisas que foi apresentada para nós lá na nossa região, eu sou morador
1295 de lá mesmo. To praticamente dentro do condomínio. Quando foi apresentado para nós lá sobre a
1296 estrada da Ponta Grossa ali ela não continua ela tem um desvio que vai sair lá em Belém Novo,
1297 inclusive, ela passa bem pela beira da minha casa e ela vai sair lá no Belém Novo. O que nós
1298 questionamos sobre a beira da orla, que nós não temos acesso à beira do rio e nós temos que ter e
1299 foi acordado naquela audiência pública que ia ficar o acesso à orla, para vocês terem um exemplo,
1300 nós até tínhamos questionado que entre o Teresópolis Tênis Clube e a vala aquela que eles
1301 fizeram ai à gente gostaria que até a orla, isso foi acordado lá ficasse acesso à comunidade até o
1302 rio. Como exemplo, o Ronaldinho comprou a frente do Teresópolis e nós fizemos uma denúncia
1303 que para nós chegarmos até lá, nós não tivemos acesso ao rio de lado nenhum a não ser se nós
1304 contratar um barco para chegar até lá para bater uma foto, isso é um absurdo, nós não temos um
1305 acesso ao rio. Então aquela parte do tamuge que a gente discute ali. Nós queremos que nós
1306 tivemos o acesso até a orla, porque o nosso lazer, que nós temos lá é pescar e ta fechando tudo,
1307 os empreendimentos ta indo para lá e nós não temos acesso nenhum para lá. Bom nós temos
1308 ajudando lá o Debiage, nós temos ajudado muito o empreendimento. Se não era nós da
1309 comunidade lá, quando o empreendimento for se instalar lá vai estar difícil como ocupação do
1310 pessoal que tenta ocupar aquela área ai. Por isso a gente gostaria também, quando a Rosane nos
1311 coloca aqui sobre as medidas compensatórias da comunidade ta conversando e tentando dialogar
1312 com o empreendedor.

1313 Sr. Paulo Fialho - Como foi citado, novamente a audiência pública realizada, que gostaria de
1314 salientar que naquela audiência foi levantado pela comunidade diversas questões referente a
1315 compensações pertinentes e que ficou assegurado por parte do empreendedor que seriam
1316 discutidas entre a comunidade e o empreendedor às compensações estabelecidas por lei.

1317 Sr. Gilson Tesch - Na verdade eu acho que legalmente o que vale é o que foi decidido na
1318 audiência pública, agora a representante do gabinete do prefeito disse que houve uma reunião
1319 após e que definidas coisas da compensação, o que tem legalmente tem a ver com audiência
1320 pública? Essas pessoas não estavam nessa reunião, não sabiam dessa reunião, que não tiveram
1321 chance de falar ou o que houve? O que tem na audiência pública é que a população reivindicou
1322 algumas coisas e foi dito pelo representante da empresa, do empreendimento que todas as
1323 compensações já tinham sido decididas e que o tempo já tinha passado, já tinha tudo se decidido e
1324 que aquela audiência era para apresentar o projeto e não para trazer, pegar novas compensações.
1325 Eu tenho a gravação, por isso que eu digo. Eu quero dizer que é complexa, nós não temos nada
1326 para colocar em votação aqui referente à deliberação desse processo e que fique bem claro que na
1327 pauta disse que teria feito uma apresentação e debate, não seria votado nada, não sei porque tão
1328 vendo quorum para votar, eu não consigo, tem algumas coisas que eu não consigo entender.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1329 Sr. Furtado – Foi feita uma proposição de votação nesta reunião. Sim, mas a proposição foi feita
1330 nessa reunião, é isso que eu digo.

1331 Sr. Gilson Tesch - Sim, mas qual é o problema que a empresa tem de cumprir com o que foi
1332 proposto pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, em dezembro. Qual é o problema, não estou
1333 entendendo isso, as complementações de 2007, teria que haver as complementações e não teve.
1334 Quero dizer também que a dona Rosane, que eu lhe conheço muito bem dos processos, pelos e-
1335 mails para os empreendedores e nesses e-mails são sugeridos que devem ser lembrado que uma
1336 área, onde essa divisão foi feita para facilitar o licenciamento que como um todo não passaria está
1337 nos processos.

1338 Sra. Rosane Zottis - O senhor não me conhece, sou funcionária pública com 30 anos de casa. Eu
1339 estou lhe dizendo que a lei, que o Plano Diretor permite fazer isso.

1340 Sr. José Furtado – Por favor, vamos manter a postura. Nós temos uma situação aqui foi
1341 apresentado. Tem uma proposição deles nessa apresentação e tem uma proposição da conselheira
1342 do CRBIO. Essa proposição, por isso, que eu estou perguntando se tem quorum ai? Porque essa
1343 proposição pode ser votada aqui agora. Os conselheiros fizeram proposições e querem saber do
1344 conselho se querem ou não, essa é a proposição, e nesse momento que eu quero fazer. Vamos
1345 abrir para votação. Tudo bem gente, mas tem todas as considerações legais, mas esta toda a
1346 assembléia tem novas proposições se pode votar. É uma proposta gente!

1347 Sra. Simone - A conselheira vai explicar novamente a proposta dela e a gente vai colocar em
1348 votação.

1349 Sra. Magda Satt Airioli - Conselheiro Gilson, eu só quero a proposição do CRBIO. Foi prepositiva
1350 no sentido de que os estudos que os senhores da Câmara Técnica de Áreas Naturais
1351 demandaram, por tanto, estivessem no meu entendimento esses detalhes todos, eles vão ser mais
1352 discriminados na etapa de monitoramento e que contempla a licença prévia, então por isso que
1353 nós fizemos o encaminhamento, porque os estudos, eu julguei que dessa forma que a bióloga
1354 respondeu estariam mais detalhados os recursos na etapa seguinte. Nós do CRBIO entendemos
1355 que está esclarecido.

1356 Sr. Gilson Tesch - o CRBIO entendeu, pois não temos nenhum esclarecimento.

1357 Sra. Magda Satt Airioli - Conselheiro eu peço licença para o esclarecimento, eu lhe escuto quando
1358 o senhor fala e não fico lhe retrucando ou pejorando, eu estou só cumprindo o regimento. Eu estou
1359 fazendo uma proposição. Obrigado.

1360 Sr. Darci Campani - Acho que a proposta foi bastante clara e um pouco mais do que eu proporia
1361 pessoalmente que é que a licença prévia antes emitida passe pelo conselho, isso ai é a nossa
1362 garantia máxima, a licença prévia passar pelo conselho.

1363 Sr. José Furtado - Eu quero colocar em votação a proposta da conselheira do CRBIO. Inicialmente
1364 eu gostaria que os conselheiros permanecesse. É a terceira fase, é isso? Nós não estamos tirando

Conselho Municipal de Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1365 do COMAM, volto a situação para continuar os estudos e que depois disso voltaria novamente ao
1366 COMAM. Mas não estamos tirando o COMAM da jogada, não é isso. Ainda temos quorum? Então
1367 ta, os conselheiros que são favoráveis à proposição da conselheira da CRBIO que se manifeste.

1368 Sr. Christiano Ribeiro - Eu gostaria, eu to apoiando essa proposta aqui da CRBIO, que vai ao
1369 encontro do que eu tinha sugerido de fazer a resolução. Pois é, mas se tiver o pacote, ai não. Então
1370 são duas votações.

1371 Sr. José Furtado – em votação para a primeira proposição: nove votos favoráveis, nenhum
1372 contrários, 4 abstenções, por favor conte.

1373 Sr. José Furtado- em votação A segunda proposta do Conselheiro Cristiano da questão da
1374 resolução ta. Favoráveis à resolução.

1375 Sra. Magda Satt Airioli - *Eu estou redigindo aqui Cristiano o seguinte, que o COMAM elabore uma*
1376 *resolução contemplado a obrigatoriedade dos termos referentes relativos a estudos de impacto*
1377 *ambiental tenham tramitação no COMAM após passar pela CAUGE E CMDUA anterior a*
1378 *homologação do senhor prefeito. A análise do COMAM complementar se necessário os termos de*
1379 *referência relativos aos estudos ambientais seja eles de forma de RIA ou EIA. Aqui não tem*
1380 *distinção, todos, não sei se lhe agrada?*

1381 Sr. Darci Campani - Eu ainda tenho dúvida, é uma resolução que se faça uma resolução? A
1382 redação solicitando ao prefeito que se faça um decreto então é essa a redação.

1383 Sr. Christiano Ribeiro - É apenas uma deliberação do conselho para que seja feita uma resolução
1384 do conselho para que esse processo seja enviado para o Conselho Municipal do Meio Ambiente. E
1385 não é necessário decreto, por incrível que pareça, no primeiro momento eu achei que fosse, mas
1386 não é necessário, porque o artigo sétimo da lei 369 já prevê aquele chamamento ao processo, isso
1387 fica estabelecido como diretriz geral na resolução.

1388 Sr. Darci Campani - Só uma questão de esclarecimento, se tornar uma resolução obviamente que
1389 a SMAM terá que cumpri-la, conseqüentemente indefere, não existe questões sobre isso, inclusive
1390 deve ser citado nos próprios termos, certo? O quorum do CMDUA até as pessoas se repete num
1391 conceito e no outro, na UFRGS, não sou eu que represento a UFRGS no outro conselho. Mas
1392 existe o conselheiro da UFRGS, eu não vejo porque aquele conselheiro tem que olhar lá e eu aqui
1393 e se o conselho de saúde também resolver que tem que passar pelo conselho de saúde, se o
1394 conselho de transporte, todos os conselhos são importantes, ou a gente estrutura o município de
1395 uma maneira que ele funcione ou todos os conselhos vão querer olhar todos os processos e
1396 processo nenhum vai nadar dentro da prefeitura. Então é essa minha declaração de voto contrária
1397 à resolução. O representante da UFRGS no Conselho de Desenvolvimento Urbanístico tem que ter
1398 as responsabilidades e ter o olhar ambiental, não é só esse conceito do meio ambiente.

1399 Sra. Magda Satt Airioli - Nessa circunstância do impacto o COMAM ta fora.

Conselho Municipal de Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1400 Sr. José Furtado - Não há mais quorum para a votação dessa proposição até nos encaminhamos
1401 para a próxima pauta uma redação da proposição da Conselheira do CRBIO. A qual foi aprovada..

1402 • Encerramento:

1403 Sr. José Furtado - Eu agradeço a todos, muito obrigado!

1404 **Encerramento: Dezoito horas e quinze minutos. Esta ata será assinada por mim e pelo**

1405 **Presidente deste Conselho.**

Porto Alegre, 28 de maio de 2009.